



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

PEDRO ANDRADE DAS VIRGENS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR ENTRE 2009-2015**

SALVADOR
2017

PEDRO ANDRADE DAS VIRGENS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR ENTRE 2009-2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da prof. Dra. Maria Salete Souza de Amorim.

SALVADOR

2017

Virgens, Pedro Andrade das
V816 Políticas públicas para população em situação de rua em Salvador entre
2009-2015 / Pedro Andrade das Virgens. – Salvador, 2017.
103 f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Salete Souza de Amorim
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas. Salvador, 2017.

1. Políticas públicas. 2. Exclusão social. 3. Estado de bem-estar social.
4. Pessoas desabrigadas. 5. Morador de rua – Salvador (BA). I. Amorim,
Maria Salete Souza de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 320.9

PEDRO ANDRADE DAS VIRGENS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR ENTRE 2009-2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Salete de Souza Amorim
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Clovis Zimmermann
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dra. Denise Maria Barreto Coutinho
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 2017

AGRADECIMENTOS

Aos entrevistados que me aceitaram no seu dia-a-dia e pela confiança em compartilhar suas histórias de vida.

À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e seus docentes com os quais compartilhei um quarto de minha vida;

Aos meus pais, Cesário e Lucielma, pela minha formação como sujeito e pelo recíproco amor;

A Manoella pelo apoio, companheirismo e amor;

Aos meus amigos/irmãos pela manutenção da minha saúde mental ao longo dos anos: Matheus, Heraldo, Danilo e Claudio;

A Denise Coutinho, principal responsável pela minha inserção no mestrado. Sou eternamente grato pelas risadas, orientação, experiências e conhecimento;

A Salete Amorim, que exerceu de forma exemplar o papel de orientadora e pela sua capacidade de tornar minha jornada menos árdua e gratificante;

Ao Guns n´Roses por embalar minhas produtivas noites de insônia.

RESUMO

Este trabalho analisa percepções das pessoas em situação de rua (PSR) a respeito das políticas públicas voltadas para este contingente populacional, no município de Salvador, entre anos de 2009-2015. Para alcançar os objetivos traçados foram discutidos os aspectos socio-históricos na formação deste fenômeno e as concepções de políticas públicas e *welfarestate* no Brasil. Do ponto de vista metodológico foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação assistemática e direta, e sistematização da história de vida. É inegável que as políticas públicas implementadas representam, para essa população, um avanço social e político na direção da redução da exclusão social e garantia dos direitos como cidadãos. Contudo, os resultados do trabalho apontam que as políticas públicas soteropolitanas desenvolvidas para as PSR não estão em consonância com seus interesses e são pouco conhecidas pelos entrevistados, representando um obstáculo para uma implementação eficaz.

Palavras-chave: população em situação de rua; políticas públicas; Estado de Bem-Estar Social; exclusão social.

ABSTRACT

This paper analyzes the perceptions of homeless people (PSR) regarding public policies aimed at this population, in the city of Salvador, within the period from 2009 to 2015. In order to achieve the outlined objectives, we discussed the socio-historical aspects in the formation of this phenomenon and the concepts of public policies and welfare state in Brazil. From the methodological perspective, semi-structured interviews, unsystematic and direct observation and systematization of life story were performed. It is undeniable that the public policies implemented represent, for this population, a social and political advance towards the decrease of social exclusion and the guarantee of their rights as citizens. Nevertheless, the study's results indicate that the public policies developed for the PSRs are not in line with their interests and are poorly understood by the interviewees, which represent an obstacle to its effective implementation.

Keywords: homeless population; public policies; welfare state; social exclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA,EM SALVADOR,BA.....	25
I.1- A VELHA E NOVA EXCLUSÃO SOCIAL.....	26
I.2 - VIOLÊNCIA URBANA.....	29
I.3. ESTRATÉGIAS DE ELIMINAÇÃO E EXPULSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	31
I.4. O USO DE DROGAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	33
I.5. PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	34
I.5.1. Morador de rua ou população em situação de rua?.....	36
I.5.2. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua.....	37
I.5.3. Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-BA.....	43
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	58
II.1. DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.....	60
II.1.1. Os três regimes de <i>WelfareState</i>.....	63
II.2. ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL.....	65

II.3. INDICADORES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	68
II.3.1. Educação.....	69
II.3.2. Saúde.....	72
II.3.3. Mercado de Trabalho.....	76
II.4. POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA..	79
II.5. POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA..	80
II.6. POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA....	82
CAPÍTULO 3 - VOZES DAS RUAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

INTRODUÇÃO

Presenciamos nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, uma ampliação e maior visibilidade do campo das políticas públicas. Essa situação é resultado de múltiplos fatores, especialmente pelas políticas restritivas de gastos empreendidas por diversos países; “decadência” do Estado de Bem-Estar social* e pela ineficiência dos Estados da Federação (e outros atores sociais) em desenvolver e implantar políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico e revertam o processo de exclusão social (SOUZA, 2006).

O conceito de políticas públicas é polissêmico e envolve uma série de variáveis. Doravante, para este trabalho, entenderemos políticas públicas como o “Estado em ação” (HÖFLING, 2001, p. 31), ou seja, ações do Estado para implantação de uma política, na qual a sociedade e órgãos públicos participam da formulação, com o objetivo de atender parte ou conjuntos da sociedade.

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001, p.31).

Para compreendermos a importância contemporânea do campo das políticas públicas, é fundamental realizar uma breve revisão histórica que remonta ao fim do feudalismo e o posterior processo de industrialização e urbanização na sociedade ocidental. Com a derrocada do sistema feudal e a crescente ocupação das cidades pré-industriais por “hordas de miseráveis” (MARX,1988), foram instituídas políticas pontuais para lidar com a pauperização da classe trabalhadora na Europa. Contudo, será com o movimento de lutas sociais do século XIX que vislumbramos o desenvolvimento das políticas públicas sociais mais próximas das que conhecemos. Este período foi marcado pelo desenvolvimento do capitalismo, pela “dissociação entre o produtor e os meios de produção” (MARX,1988, p.173), conflito capital/trabalho e em cena, surgem as questões sociais como

demandas políticas, exigindo uma intervenção do Estado para além da atuação emergencial, fragmentada e esporádica nos casos de pobreza extrema e controle coercitivo da vadiagem (termo, historicamente no Brasil, relacionado aos indivíduos não absorvidos pelo mercado de trabalho, sem renda suficiente e responsabilizados pela sua situação de pobreza).

Fica evidente na sociedade moderna, regida pelo modo de produção capitalista, o quanto a categoria trabalho possui relevância em diversos âmbitos da vida do indivíduo, seja como: fonte de renda ou sobrevivência, meio primordial de representação social e na gênese/ampliação da população em situação de rua. O trabalho, postulou Marx, encontra-se para além de um mero meio de fonte de renda ou de satisfação das necessidades básicas (comer, beber e reproduzir). Este é fundamental para a existência da humanidade, para a constituição da subjetividade e do laço social. É por meio do trabalho que o ser humano transforma a natureza e se distingue dos demais seres vivos.

O trabalho, numa perspectiva marxista, também pode ser caracterizado pela subordinação ao capital. É no modo de produção capitalista que o trabalhador é expropriado dos meios de produção e das riquezas por ele produzidas. Nesta lógica, o trabalhador torna-se uma mercadoria desvalorizada, enquanto o seu trabalho é fonte de sofrimento, mortificação subjetiva e assume a forma de trabalho alienado. Decorrente da alienação, o homem/trabalhador não se percebe no processo e no produto do seu trabalho. Sua atividade não enriquece sua vida, pelo contrário, ocorre uma ampliação do poder material que o domina e o impossibilita se perceber como um ser social nas relações sociais.

Nesta perspectiva, o trabalho humano, que deveria criar um mundo de bem-estar para os indivíduos, cria, na verdade, sob os ditames do capitalismo, uma realidade de sofrimento e miséria para uma parcela social, a classe trabalhadora. Quanto mais o trabalhador põe de si nos objetos que cria, no mundo, mais este se torna estranho; e quanto mais trabalha, mais poderoso torna-se este mundo estranhado frente a ele. Para o trabalhador, só resta a pobreza, exterior e interior. Cada vez mais sua condição humana pertence menos a si. Por conseguinte, o homem se satisfaz exclusivamente em suas funções animais (OLIVEIRA, 2010, p.80).

Sob a égide da lógica capitalista, a sociedade contemporânea vivenciou o crescimento das iniquidades sociais, situação agravada pelo desemprego estrutural e tecnológico. “Assim, parcelas das populações que viviam no patamar inferior dos circuitos econômicos são jogados para fora do sistema. São excluídas do processo de geração de riquezas (emprego) e da distribuição dos seus frutos (consumo)” (BURSZTYN, 2000, p.20). Entretanto, no século XX com a emergência do *WelfareState* (Estado de Bem-Estar Social), presenciemos uma tendência dos Estados em combater, por meio de políticas públicas, os riscos sociais. Pela primeira vez começamos a caminhar na direção de uma sociedade menos desigual, mais humana e de um poder público menos omissivo. Sobre este tema, Zimmermann e Alves (2009, p.228) afirmam:

[...] o Estado de Bem-Estar social pode ser caracterizado pela mobilização do aparelho do Estado, em uma sociedade capitalista, com o objetivo de realizar um conjunto de medidas destinadas a promover o bem-estar de sua população, reduzindo a pobreza e as desigualdades sociais. Vale notar que o Estado de Bem-Estar Social não se resume apenas a políticas de geração de emprego, mas a um conjunto de medidas destinadas a promover o bem-estar de sua população.

Tratar do *WelfareState* não é uma tarefa simples, em decorrência de ser um fenômeno político, econômico e social com diferentes desenvolvimentos e de ampla magnitude. Na literatura, não há uma única explicação para o seu surgimento, nem para explicar seus diversos desenvolvimentos ou sua “crise” (vale ressaltar que não há consenso sobre uma crise).

Muitos autores definem o Estado de Bem-Estar Social como “a institucionalização dos direitos sociais” (FARIA, 1998, p.39) de forma a garantir um nível mínimo de participação do indivíduo na riqueza coletiva ou como investimento do PIB em gasto social. Para Esping-Andersen (1991), principal referência sobre o tema Estado de Bem-Estar Social, seria mais apropriado exigirmos que o *WelfareState* garanta mais do que nossas necessidades mínimas. Sua posição é de que explicar o Estado de Bem-Estar Social pelos gastos pode ser enganoso, pois “os gastos são epifenomenais em relação à substância teórica do *WelfareState*” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.99). Segundo Esping-Andersen, o *WelfareState* não pode ser limitado aos direitos e

garantias. Dessa forma, podemos defini-lo pela qualidade dos direitos sociais, pela estratificação social e na relação entre família, Estado e mercado, ou seja, “a forma pela qual as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social” (BENEVIDES, 2011, p.16).

Foram traçadas diversas tipologias sobre o *WelfareState*. No entanto, para os objetivos deste trabalho nos embasamos na tipologia de Esping-Andersen, sendo a mais utilizada por sua validade teórica e empírica. Este autor formulou três diferentes formas de regime: liberal, conservador e socio-democrata. Esses foram delineados com base na comparação entre diferentes nações e utilizando os seguintes critérios de avaliação: nível de desmercantilização; possibilidade de alteração na estratificação social; e entrelaçamento Estado-mercado-família. Deve-se salientar que não há uma tipologia pura/rígida, ou seja, um regime pode possuir características de outro (BENEVIDES, 2011).

O regime liberal é marcado pelos benefícios focalizados a uma clientela de baixa renda, modestas transferências de renda e necessidade de comprovação da carência através de testes de meio. A intervenção estatal só ocorre quando o esforço individual, a família e o mercado falham na satisfação das necessidades dos indivíduos. Esse *modus operandi* do Estado é agravado pelos traços culturais e históricos de países como EUA e Austrália, os quais favorecerem “um mercado de trabalho desregulamentado” sob a alegação que esse estimularia o crescimento do emprego, ainda que venha acompanhado de elevação da insegurança e desigualdade social” (BENEVIDES, 2011, p.21).

No regime conservador, há uma manutenção das diferenças de status e a família possui papel fundamental como provedora do bem-estar para aqueles fora do mercado de trabalho. Os direitos sociais são comprometidos pela necessidade de contribuições prévias, excluindo aqueles que mais necessitam da proteção social ou não considerando a necessidade dos beneficiários. “A ênfase estatal na manutenção das diferenças de *status* significa que seu impacto em termos de redistribuição é desprezível” (ESPING-ANDERSEN, p.109).

O regime social-democrata é o que abrange o menor número de países. Nestes a desmercantilização e o universalismo dos direitos sociais não ficaram restritos à classe de baixa renda, mas envolveram a classe média também. Os cidadãos desfrutam de serviços públicos com alta qualidade e benefícios amplos, fomentando a igualdade e um nível digno de vida. As garantias universais, políticas para aquisição do pleno emprego, prestação de serviços assegurando uma extensa rede de segurança contra os riscos sociais, são algumas das principais características deste *Welfare*. Há uma altíssima desmercantilização e o Estado assume a responsabilidade pelo bem-estar dos seus cidadãos (BENEVIDES, 2011).

No caso do Brasil, o debate sobre o surgimento e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar social é marcado por diferentes pontos de vista. Há autores que defendem a não ocorrência do fenômeno, outros afirmam que foi implantado um esboço de *WelfareState* e, muitos outros acreditam no desenvolvimento do “*Welfarebrasileiro*”. Toda a polêmica sobre este fenômeno no Brasil perpassa as diferentes circunstâncias, políticas e econômicas, ocorridas na Europa e no Brasil durante o período de surgimento do *WelfareState*.

Adotaremos, neste trabalho, a posição dos autores que defendem a formação de um *WelfareState* no Brasil, pois apesar das diferenças com o fenômeno ocorrido na Europa ou Estados Unidos, há elementos que apontam e confirmam a ocorrência deste no Brasil. É importante salientar que assim como em todos os países do mundo, o Estado de Bem-Estar Social Brasileiro (EBESB) foi marcado pelas suas contingências socio-históricas, especialmente por três momentos de extrema importância: período entre 1930 e 1945; a ditadura militar (1964); e Constituição federal de 1988.

É nesse(s) contexto(s) de reestruturação produtiva e mudanças no papel do Estado, provocados pelo *WelfareState*, que observamos o apropriamento das ruas por um crescente e estigmatizado contingente populacional. Esses indivíduos que encontram na rua um meio de sobrevivência/moradia são percebidos, pela sociedade capitalista, de forma limitada às representações sociais pejorativas que ressaltam a exclusão social que os marcam e buscam

reduzi-los a uma massa homogênea de desumanos desnecessários ao modo de produção capitalista. Entretanto, este contingente possui a heterogeneidade como uma de suas principais características, denunciando a ignorância de ampla parcela da população.

A heterogeneidade é vislumbrada no processo de apropriação da rua, pois são diversos os fatores que levam esses sujeitos a optarem/encontrarem a rua como espaço de sobrevivência, fazendo diversos usos deste espaço público. É, também, heterogêneo, não somente por ser constituído de crianças, adolescentes, adultos e idosos, mas pela singularidade das suas histórias, que trazem em comum “a marca de um conjunto de representações sociais associadas, principalmente, à marginalidade, à ignorância e ao consumo de álcool e outras drogas” (NERY FILHO, VALÉRIO e MONTEIRO, 2011, p.17). Em consonância com o que foi exposto, utilizaremos o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, o qual instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, para definir este grupo:

Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.1).

A recente Política Nacional para a População em Situação de Rua reflete a importância alcançada pelo fenômeno população em situação de rua (PSR) no mundo e no Brasil, especialmente por ser um dos países com maiores índices de desigualdade social, exclusão social e pobreza. Como resultado da magnitude deste fenômeno, os termos desigualdade, exclusão e pobreza se tornaram corriqueiros para representar nossas debilidades sociais, gerando uma confusão sobre seus significados.

Desigualdade social e pobreza são usualmente associados como se houvesse uma indissociável relação de causa e efeito entre eles. Contudo, a desigualdade social implica numa distribuição não igualitária das riquezas simbólicas e materiais de uma sociedade. Em contrapartida, a pobreza refere-

se a indivíduos despossuídos de condições para manutenção de suas necessidades básicas e/ou viver dignamente. Por isso, podemos encontrar situações raras em que haja grande desigualdade na distribuição das riquezas sem haver pobreza. Assim como baixo índice de desigualdade e muitas pessoas de uma sociedade na pobreza(BURSZTYN, 2000).

O termo exclusão social recebe destaque neste trabalho, pois a população em situação de rua é o segmento populacional que melhor ilustra os atrozes impactos da exclusão. Esta, a exclusão social, é aqui definida como “um processo complexo, multifacetado, que ultrapassa o econômico do ponto de vista da renda e supõe a discriminação, o preconceito, a intolerância e a apartação social” (SPOSATI, 1999, p. 103 apud ARAUJO, 2006 p. 419). É incontestável que na sociedade capitalista, a PSR é o principal alvo dos devastadores efeitos (material, social, subjetivo) da exclusão social. Esses indivíduos são estigmatizados, considerados como subcidadãos, objeto de extermínio, marcados por diversas representações sociais negativas (vagabundos, drogados, indignos etc.) e vivenciam constantemente a violação/negação dos seus direitos sociais, de saúde e cultural.

As polarizações econômicas, a reestruturação demográfica e as novas dinâmicas do trabalho criam uma situação propícia para a concentração de riqueza no mundo e particularmente no Brasil, deixando graves seqüelas sociais sem a contrapartida do estado diante da miserabilidade crônica da população (Dowbor,1998). A “dissolução do consenso do *welfare*” (Giddens, 1999), não dá ao indivíduo muitas alternativas diante da perda de poder aquisitivo. Mesmo que no Brasil existam soluções informais e às vezes ilícitas para se enfrentar os problemas da moradia – através da ocupação de áreas de mananciais e ocupação de prédios públicos, ou ainda para enfrentar o desemprego – através do trabalho informal, como é o caso dos ambulantes, um grande número de pessoas acaba nas ruas com a ausência de políticas públicas de apoio (VARANDA e ADORNO, 2004, p.61).

Como foi dito anteriormente, a reestruturação produtiva e a ação do Estado favoreceram a expansão do grande capital, em detrimento do bem-estar do cidadão, acentuando a fragilidade social dos trabalhadores e especialmente dos excluídos do mercado de trabalho. Doravante, observamos o processo de privatização, abertura econômica e desemprego estrutural e

tecnológico. Essas mudanças, no capitalismo, afetam a vida do cidadão que, destituído do seu posto de trabalho, compõem uma estigmatizada e crescente camada da população não absorvida pelo mercado, estando “fora do sistema econômico e social prevalente” (BURSZTYN, 2000, p.34).

Assim, não é por acaso que grande parte dos indivíduos entrevistados para esta dissertação apontou o trabalho como meio de “mudar de vida” e que autores relacionam essas mudanças no modo de produção com a emergência dos “novos pobres”, visto que as cenas urbanas vão sendo ocupadas por grupos cada vez mais heterogêneos de novos atores sociais. Estes são marcados pelos laços sociais fragilizados, abolição dos seus direitos e falta de um sistema coeso e consistente de seguridade social.

Assim, outros personagens passaram a integrar a cena urbana, não mais, apenas, os mendigos, mas, desempregados e subempregados, adultos desocupados, crianças e adolescentes, cuja presença nos espaços públicos das cidades evidencia o que Wacquant chama de “modernização da miséria” (2005, p. 189). Esses novos grupos, formados por pessoas empobrecidas pela lógica econômica, desindustrialização e reestruturação global do capitalismo e pela política neoliberal – fatores que não oferecem amparo às populações à margem do mundo do trabalho –, são empurrados rumo à exclusão (OLIVEIRA, 2009, p.43).

Diante do contexto nacional e local de expansão do fenômeno da população em situação de rua e do imperativo do Estado em desenvolver políticas públicas para enfrentar as violações de direitos, a exclusão social e o preconceito, que se tornaram características deste fenômeno, buscaremos responder a seguinte questão de investigação: de que forma as pessoas que vivem nas ruas percebem a si mesmas e as políticas públicas direcionadas para a população em situação de rua (PSR), no município do Salvador, no período de 2009 a 2015?

Investigar e responder tal questão representa um marco no debate sobre a população em situação de rua em nível nacional e local. Um marco em decorrência da escassez de dados e pesquisas referentes ao tema no Brasil. Fato corroborado pela existência de uma única investigação de âmbito nacional sobre a PSR, realizada em 2008, a qual não abrangeu capitais importantes e

não incluiu crianças e adolescentes (BRASIL, 2009). A precária produção de conhecimento dificulta o processo de formulação das políticas públicas mais condizentes com a realidade, podendo comprometer sua eficácia quando implementadas.

Mediante este cenário, o objetivo geral da dissertação é analisar as percepções das pessoas em situação de rua a respeito das políticas públicas voltadas para este contingente populacional, no município de Salvador, entre anos de 2009-2015. Visando o seu alcance, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) levantar dados sobre a realidade da população em situação de rua e 2) avaliar novas possibilidades, na percepção da população em situação de rua, para a elaboração e implementação de políticas públicas eficazes no cenário municipal.

Cabe destacar que a análise das percepções será pautada na abordagem da cultura política (ALMOND; POWELL JR, 1972) que reúne elementos sociológicos, que enfatiza as orientações e avaliações das pessoas sobre a política e as instituições políticas, e elementos psicológicos, que enfatiza as orientações cognitivas e afetivas das pessoas sobre si mesmos, sobre o outro e sobre as questões socioeconômicas atuais.

O Brasil, por sua dimensão continental e ampla diversidade cultural em seu território, apresenta diferentes perfis e especificidades da população em situação de rua em cada Estado e Município. Assim, este trabalho fornecerá dados para uma melhor identificação da particularidade do perfil da população da cidade do Salvador, subsidiando a formulação de políticas públicas cada vez mais adequadas ao perfil populacional do município. Também será possível aprofundar o debate, identificar obstáculos, possibilidades e avanços das políticas atuais.

Para a consecução dos objetivos estabelecidos, realizamos uma pesquisa de cunho interpretativo e compreensivo. Tal escolha deve-se a sua capacidade de suscitar aspectos novos, aprofundar o conhecimento além do significado latente, pela possibilidade de entender o fenômeno e obtenção dos dados na perspectiva do sujeito, através do contato dinâmico com a situação objeto de estudo (SERAPIONI, 2000). A escolha metodológica foi reforçada

pela sua capacidade de encontrar a “heterogeneidade das situações, a diversidade das trajetórias e das experiências, desvenda[r] processos múltiplos de exclusão social e estratégias plurais de sobrevivência” (GROULX, 2012, p.98), o que permite dar credibilidade ao senso comum e às experiências das pessoas em situação em rua, sem com isso, realizar uma apreciação enviesada, romântica ou adotar uma posição “pró-excluídos”. Essa é uma de suas vantagens, pois “mostrando a diversidade dos pontos de vista, relativizam-se, de uma só vez, os pontos de vista institucionais e profissionais, e força-se a conhecer pontos de vista invisíveis, censurados, ou simplesmente silenciados” (GROULX, 2012, p.98).

As fontes de evidência para a coleta de dados foram: entrevistas semi-estruturadas, observação assistemática e direta, e sistematização da história de vida. A decisão pela utilização de fontes múltiplas deve-se a essa diversidade ser um dos princípios para o desenvolvimento de estudos com alta qualidade e possibilita o “desenvolvimento de linhas de convergência” (YIN, 2001, p.121).

Os dados obtidos nos permitiram uma análise detalhada sobre um possível descompasso entre a leitura das administrações (e outros atores sociais envolvidos na construção das políticas públicas) e das pessoas em situação de rua sobre a sua realidade e suas necessidades. Assim serão produzidas interpretações mais coerentes com as especificidades socioculturais do grupo pesquisado, evidenciando questões negligenciadas ou novas questões relevantes para o desenvolvimento das políticas públicas.

O estudo foi realizado com 10 pessoas em situação de rua, oito homens e duas mulheres, no município do Salvador, Bahia, na Cidade Baixa (bairro do Comércio), a qual se apresenta historicamente como a região com maior concentração de população em situação de rua. Foram desconsideradas duas entrevistas, pois os sujeitos não conseguiram responder as questões de forma coerente em virtude dos efeitos do álcool que estava sendo utilizado no momento da entrevista e pelos efeitos do crack, fato atestado antes do decorrer da própria entrevista. Durante o processo de entrevistas e de análise do conteúdo das entrevistas, ficou evidente a saturação das informações, ou seja,

as respostas estavam se repetindo antes de completar a quantidade estipulada, indicando que as entrevistas poderiam ser interrompidas sem prejuízo aos resultados obtidos por meio da análise de conteúdo (CAVALCANTE, CALIXTO e KERR, 2014). À vista disso, a exclusão das duas entrevistas, um homem e uma mulher, não representou perdas ao trabalho.

O trabalho de campo foi realizado nas ruas (calçadas, praças, túneis e viadutos), entre os meses de maio e dezembro de 2015 e janeiro e março de 2016. Geralmente no período noturno, visto ser o momento que os entrevistados estavam acordados ou dispostos para participarem da entrevista. A pesquisa foi conduzida em diferentes períodos da semana, inclusive finais de semana e datas próximas ou na data de eventos/feriados na cidade. Essa decisão foi tomada com o intuito de observar se há deslocamentos e outras mudanças na dinâmica da PSR durante o período de festas e eventos. Como por exemplo, foi possível presenciar antes e no período do Carnaval e do Réveillon à ação de retirada das pessoas em situação de rua em decorrência dos shows realizado na Praça Cairu, no bairro do Comércio. Esse processo de expropriação do espaço ocorreu por meio de ação policial ou construção de estruturas físicas (camarote, posto policial, arquibancada, entre outros) nos locais utilizados para pernoite/trabalho da PSR local, ocorrendo um êxodo temporário para outras localidades próximas.

O contato com a população em situação de rua do local ocorreu por intermédio de um dos entrevistados, que me apresentou aos moradores e explicou meus objetivos naquele local. Apesar da desconfiança inicial, houve uma boa receptividade e realizei observação assistemática duas vezes por semana durante seis meses até iniciar as entrevistas, as quais ocorreram após avaliar que os entrevistados estavam confortáveis com minha presença e estabeleceram o vínculo necessário para responder a entrevista sem censura ou receio. Acredito que a não ocorrência de recusas em participar da pesquisa, seja resultado desse processo de imersão no local e interação com os participantes. No caso dos três entrevistados próximos ao Projeto Ponto de Cidadania, meu contato com estes ocorreu através de um membro do Projeto.

A escolha da entrevista como instrumento de pesquisa deve-se a sua alta capacidade de explorar em profundidade e apreender as experiências do sujeito. Por meio dos relatos, os sujeitos expressam sua representação do mundo e das relações no interior dos seus grupos sociais. Assim, as “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam” (DUARTE, 2004, p. 215).

O roteiro (ANEXO 1) elaborado para as entrevistas, serviu como um norteador das questões, possibilitando o acréscimo de questões quando fosse necessário aprofundar algum assunto de interesse ou para elucidar respostas que não ficaram satisfatórias (BONI e QUARESMA, 2005). Dessa forma, buscamos reproduzir as opiniões da amostra da forma mais fidedigna possível, não restringindo seu relato.

Foi realizado uso do gravador durante as entrevistas, o qual não gerou resistência nos entrevistados. Na verdade, observou-se que o gravador facilitou os relatos e motivou outros sujeitos a participarem da pesquisa, pois “queriam registrar sua palavra”. Isso é de extrema importância, do ponto de vista psicológico e social, ao compreendermos que essas pessoas anseiam por se posicionarem como sujeitos, como atores sociais mesmo que sejam excluídas da sociedade e tratadas como irrelevantes. Então, a presença de uma pessoa com interesse em ouvir suas histórias de vida e suas singularidades representa um momento raro para a população em situação de rua e possibilita um deslocamento da posição de “submissão” e alvo das violências sociais para um lugar de protagonismo mesmo num ambiente extremamente desfavorável. Martins (2013) corrobora com essa posição à partir da obra de Bourdieu:

[...] dependendo do vínculo estabelecido entre pesquisador e entrevistado, o que permite ao último a expressão de sentimentos que podem ser dolorosos e, despertados muitas vezes pela acolhida da entrevista. Sobre esse assunto, Bourdieu (1999) cita que alguns pesquisados podem comumente aproveitar essa situação para se fazer ouvir, levando aos outros sua experiência. Constitui-se também em um momento propício para que os entrevistados possam construir seu próprio ponto de vista sobre si mesmos e sobre o mundo que os rodeia. O autor acrescenta que

essas falas podem ser intensas e sofridas, dando uma sensação de alívio ao participante da pesquisa (MARTINS, 2013, p.25).

O processo de transcrição dos dados da entrevista foi realizado pelo pesquisador para garantir precisão e riqueza de detalhes das entrevistas. A transcrição favoreceu a retomada da experiência e melhor compreensão dos discursos, como afirma Queiroz (1983, p. 84): “ao efetuar a transcrição o pesquisador tem, então, a invejável posição de ser ao mesmo tempo interior e exterior à experiência”. Outros cuidados foram empreendidos para transcrição do material gravado, como a transcrição integral do que foi dito pelo pesquisador e pelo entrevistado, evitando troca de palavras e mudanças na ordem das perguntas. Para garantir a legibilidade da entrevista transcrita, o material foi “limpo” de frases confusas e dos diversos vícios de linguagem que poderiam prejudicar a compreensão (MARTINS, 2013).

Como pesquisador e psicólogo percebi que há efeitos/repercussões decorrentes da interação social entre dois sujeitos, ou seja, não há neutralidade científica quando se estabelece vínculo entre pesquisador e pesquisado. Foi satisfatório como pesquisador ouvir os entrevistados relatarem sua alegria ao contribuir com a pesquisa. Como psicólogo, foi gratificante ofertar uma escuta sem julgamentos, possibilitando que esses sujeitos ressignifiquem sua história de vida e avancem na possibilidade de lidar com dificuldades internas diante da oportunidade de expressar seus sentimentos, opiniões e singularidade. É inegável que também fui influenciado nesse processo, passando a admirar as pessoas em situação de rua pela sua resiliência e solidariedade para com o seu semelhante (algo não comum na sociedade ocidental capitalista), mesmo diante da falta de recursos econômicos e vulnerabilidade social.

Encontramos diversos obstáculos para entrevistar pessoas em situação de rua. Essas dificuldades se relacionam à característica “nômade” desta população, o que dificultava encontrar o sujeito ou combinar horário para entrevistá-lo. Ademais, não é simples nem fácil estabelecer vínculos com pessoas que se encontram em uso de substâncias psicoativas (SPA's), devido aos sintomas desencadeados pelo uso dessas substâncias ou pela dificuldade

em estabelecer laços sociais, especialmente pela recorrente história de rompimento dos vínculos familiares.

Um obstáculo central e recorrente foi à dificuldade dos entrevistados em dedicar seu tempo para a entrevista, visto a necessidade de interromper suas atividades econômicas (reciclagem, guardarcarros, olheiro do tráfico, traficante e prostituição) ou reduzir/parar o consumo das SPA's. Outro ponto que merece destaque foi o imperativo de ser "conhecido" no campo para evitar a desconfiança e represálias do tráfico local, pois os traficantes temiam que a entrevista fosse para uso da polícia.

Para contornar essas limitações do campo, foram realizadas observações no local com o objetivo de criar vínculos com os informantes e amenizar a desconfiança dos traficantes de drogas sobre os objetivos do trabalho, sendo, em alguns casos, necessário explicar a pesquisa para estes. Para garantir a colaboração e espontaneidade no relato dos sujeitos, as entrevistas foram realizadas no momento mais propício, geralmente quando o informante não estava sobre efeito intenso de SPA's ou julgava possuir disponibilidade.

Com o intuito de atenuar diferenças de posição social, houve o cuidado, por parte do entrevistador, com as indumentárias utilizadas durante o período dos contatos iniciais e entrevista. É importante pontuar também que foi realizado um estudo piloto com dois sujeitos. Esse procedimento foi adotado para garantir validade interna aos dados obtidos, auxiliar o pesquisador no domínio do seu instrumento e, especialmente, adequar as questões à linguagem dos entrevistados.

Todas as entrevistas foram realizadas *in locu*, ou seja, obtiveram-se os dados no contexto natural do sujeito. Dessa forma, em conjunto com o convencimento dos entrevistados sobre a função da entrevista, da importância do seu relato e da conquista do seu envolvimento com a pesquisa, conseguimos relatos espontâneos e a superação/minimização dos diversos obstáculos e contingências que perpassaram a coleta dos dados.

A análise dos dados obtidos foi realizada pela técnica de análise de conteúdo a partir do proposto por Bardin (2006). Para realizar uma análise com

o rigor técnico exigido, é necessário que o pesquisador conheça os diversos métodos de análise de dado, o que lhe permitirá definir a técnica mais adequada para a temática estudada e para a consecução dos objetivos da pesquisa (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011). A análise de conteúdo, proposta por Bardin, são organizadas em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise consiste na organização do material a ser analisado para torná-lo operacional, ou seja, é a fase da organização propriamente dita realizada em cinco etapas: 1- leitura flutuante; 2- escolha dos documentos; 3- formulação das hipóteses e objetivos; 4- referenciação dos índices e elaboração de indicadores; e, 5- preparação do material. Normalmente a pré-análise possui três missões: escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos e elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final. Embora, esses três fatores estejam ligados entre si, eles não se sucedem numa ordem cronológica (BARDIN, 2006).

Na segunda etapa, foi realizada a exploração do material para definir categorias, identificar unidades de registro e unidades de contexto nos documentos. Esta etapa consiste basicamente em codificação, classificação e categorização que possibilitam (ou não) a riqueza de interpretações e inferências (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011).

É na fase de tratamento dos resultados obtidos e da interpretação que os dados serão tratados de forma a serem significativos e válidos. O analista pode utilizar os resultados para propor inferências e adiantar interpretações a respeito dos objetivos previstos ou referente a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 2006).

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos. Após a Introdução, o primeiro capítulo, intitulado *Caracterização da população em situação de rua, em Salvador, BA*, discute os aspectos socio-históricos de formação do fenômeno população em situação de rua, e o papel do capitalismo no engendramento e expansão do fenômeno. Destacamos as particularidades dos indivíduos que utilizam as ruas, especialmente no município do Salvador, com o objetivo de traçar um perfil demográfico atual.

No segundo capítulo intitulado: *Políticas Públicas e População em Situação de Rua* – são apresentadas as principais definições de políticas públicas e seu desenvolvimento histórico. Para nortear o debate sobre políticas públicas e a temática da PSR, foi imprescindível caracterizar o Estado de Bem-Estar Social (*WelfareState*) em decorrência do seu papel político, econômico e social. Para a compreensão do desenvolvimento das políticas públicas para a população em situação de rua no Brasil, delineamos as características do Estado de Bem-Estar Social brasileiro (EBESB), visto ser o contexto fundamental de engendramento destas políticas no país. Um aspecto que recebe destaque, para a nossa população-alvo, refere-se aos efeitos das políticas públicas de transferência de renda, previdência social e políticas de “combate às drogas”. Com o conhecimento do contexto sócio-político das políticas públicas, analisamos as políticas desenvolvidas em Salvador-BA, no período entre 2009 e 2015, para os indivíduos que encontram nas ruas um meio de sobrevivência/moradia.

O terceiro capítulo, *Voices das ruas: análise e discussão dos dados* – considerado fundamental na construção desta dissertação, pois busca apresentar respostas às questões de pesquisas e aos objetivos propostos através da análise dos dados à luz da literatura. A partir da metodologia definida para a consecução dos objetivos, analisamos o conteúdo das entrevistas, relacionado com a existência das políticas públicas municipais para a população em situação de rua. Outro aspecto importante foi buscar compreender a percepção destes sujeitos, com base nas suas histórias de vida, sobre diversos âmbitos da sua realidade social e subjetiva. Após este capítulo, são apresentadas as *considerações finais* do trabalho, que confirmam a heterogeneidade da população em situação de rua, seja pelas suas diversas formas de apropriação da rua, pela percepção da sua autoimagem, relação com a sociedade, suas singulares histórias de vida e particularidades decorrentes da vivência em situação de rua (preconceito, agressões policiais, insegurança, amizades, entre outros). Destacamos o desconhecimento da PSR em relação às políticas públicas voltadas para atender suas necessidades, acarretando na falta de informações quanto aos seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros.

1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, EM SALVADOR, BA

A existência de um significativo contingente populacional, sobretudo nas grandes cidades, utilizando a rua como estratégia de sobrevivência e moradia não constitui fenômeno recente no Brasil ou no mundo. Ele remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais, decorrente da massa de miseráveis formada por camponeses desapropriados da sua terra e não absorvidos pelo mercado de trabalho (SILVA, 2006).

Karl Marx no livro I da sua obra clássica *O capital*, de 1867, trata do fenômeno denominado “acumulação primitiva”, o qual é “o ponto de partida do modo de produção capitalista” (MARX, 1985, p.171) e agravador da pobreza da grande massa. A acumulação primitiva representa a dissociação entre produtor e os meios de produção, restando somente aos indivíduos a possibilidade de vender sua força de trabalho ao capitalista. “Destarte, a sociedade capitalista é marcada pelas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais que se originam da estrutura social que lhe dá sustentação: a divisão em classes sociais, com interesses antagônicos” (SILVA, 2006, p.42).

Foi por meio da violência e fraude que ocorreu a acumulação primitiva, pedra angular do capitalismo, impulsionando milhares de pobres proletariados a migrarem dos campos para as cidades pré-industriais com a esperança de vender sua força de trabalho e garantir sua subsistência. Contudo, a indústria nascente não conseguia absorver todo esse contingente populacional que aumentava gradativamente, constituindo-se num amplo exército de reserva. Diante da incapacidade de ingressar no mercado ou de adequar-se ao novo sistema de trabalho, “muitos dentre eles se fizeram ladrões, bandidos, vagabundos, uns por tendência natural, outros — os mais numerosos — por força das circunstâncias” (MARX, 1985, p.179).

Com o aumento da violência e de “vagabundos” ocupando os espaços públicos, o Estado, em diversas nações da Europa, implantou uma cruel e rigorosa legislação contra a vadiagem. Esta política sanguinária evidencia a crença do poder público de que os miseráveis que ocupavam as ruas, em

decorrência da impossibilidade de garantir condições dignas de vida, são culpados pela sua condição social, econômica, política e cultural. Segundo Marx (1985, p.179): “A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia unicamente de suas boas vontades continuar a trabalhar nas condições que não existiam mais”.

Percebemos que desde o engendramento do capitalismo, o trabalho possui um inquestionável papel na garantia da sobrevivência biológica e social do sujeito. Afinal, foram as mudanças operadas nos meios de produção e no mundo do trabalho que empurraram populações para a marginalidade e a pobreza extrema. Se adotarmos uma leitura marxista da categoria trabalho, esta pode ser compreendida de duas formas: é a atividade primordial do humano, ao lhe permitir transformar a natureza para atender suas necessidades. Além disto, o trabalho é fundamental na constituição da subjetividade, consciência, laços sociais e no aperfeiçoamento do modo de vida e potencialidades do ser humano; a outra interface do trabalho é a dominante na sociedade capitalista, nesta se prioriza os valores dos bens produzidos à custa da mortificação subjetiva e alienação do trabalhador (OLIVEIRA, 2010).

É em virtude da hegemonia da concepção capitalista do trabalho que “os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana” (SCOREL, 1999 *apud* VARANDA e ADORNO, 2004, p. 61). Na luta pela preservação biológica e redução da degradação de vida a qual são submetidas, as pessoas em situação de rua orbitam o mercado formal e os caminhos socialmente legitimados de inserção/valorização social.

1.1. A VELHA E NOVA EXCLUSÃO SOCIAL

A população em situação de rua representa os (antigos e novos) grupos sociais excluídos dos benefícios gerados pelo capitalismo. Afinal, o

desenvolvimento do capitalismo não representou o fim da pauperização e da existência de pessoas utilizando a rua como meio de sobrevivência. Ao contrário, a evolução do sistema capitalista trouxe desenvolvimento econômico e tecnológico, porém a maior parte da população ficou à margem dessas conquistas, imersa na pobreza e à mercê dos atrozesses efeitos da exclusão social.

A exclusão associada ao crescente fenômeno da população em situação de rua possui relação com as transformações socioeconômicas da sociedade sob a égide do modo de produção capitalista. Como foi dito anteriormente, o fenômeno da exclusão social é multideterminado. Este ultrapassa o econômico, promovendo discriminação, abolição dos direitos e ruptura dos vínculos sociais.

Na Sociologia, o termo exclusão social pode ser apreendido de três formas diferentes. A primeira é decorrente do conceito de anomia e trata-se da forma mais geral e comumente utilizada na sociedade. Aqui, a exclusão relaciona-se com o conceito de discriminação nas suas diversas faces (racial, sexual, religioso). São indivíduos ou grupos estigmatizados, não aceitos pela sociedade: negros, nordestinos, pobres, sem-terra; na segunda acepção há uma exclusão dos direitos sociais. É formada por grupos (trabalhadores pobres, biscateiros) que não conseguem integrar-se no mundo do trabalho, vivenciando de forma radical a vulnerabilidade social e a exclusão da possibilidade de exercer ou reivindicar seus direitos; a última acepção é definida como nova exclusão. Aqueles que se encontram neste caso são punidos não somente com a negação dos seus direitos, mas com a negação da sua humanidade, da sua condição de semelhante. São grupos sociais passíveis de serem erradicados em nome da ordem social (NASCIMENTO, 1994).

É necessário discorrermos um pouco mais sobre a nova exclusão social que se encontra fortemente enraizada na sociedade contemporânea. Os novos excluídos são produzidos pela reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. Eles, os novos excluídos, compõem um contingente desnecessário economicamente, pois não conseguem gerar renda e não possuem as qualidades necessárias para

ingressar no mercado de trabalho formal. É importante compreendermos que diferente dos indivíduos das cidades pré-industriais que formavam um exército de reserva imprescindível para manutenção e avanço do capitalismo nascente. Os novos excluídos são desnecessários para o mercado, tornando-se lixo industrial passível de extermínio (NASCIMENTO, 2000).

Diversos autores defendem que a representação social é uma das principais dimensões do fenômeno nova exclusão social. O indivíduo impossibilitado de ingressar no mundo do trabalho se torna alvo de representações sociais degradantes (vagabundos, preguiçoso, bandidos e etc.) e é privado de todos os direitos vinculados à integração ao mercado de trabalho.

Percebe-se que a nova exclusão é “um processo simultaneamente econômico, com a expulsão do mundo do trabalho, cultural, pela representação específica de não-reconhecimento ou negação de direitos, e social, através da ruptura de vínculos societários e, por vezes, comunitários” (NASCIMENTO, 1994, p.35). Ao considerarmos a nova exclusão social em suas múltiplas dimensões, facilmente compreendemos o porquê da população em situação de rua ser o grupo que melhor ilustra tal fenômeno. Podemos sintetizar a relação da dimensão econômica e da representação social sobre a PSR da seguinte forma:

Releva-se ainda o fato de que o emprego formal e o registro em carteira servem como legitimadores da identidade de trabalhador (embora quase a metade dos trabalhadores atue no mercado informal). Desprovidas desta referência, as pessoas em situação de rua, apesar de desenvolverem atividades informais, são, sob a ótica do trabalho, freqüentemente consideradas como improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas (MATTOS e FERREIRA, 2004, p.49).

Os novos excluídos precisam lidar com a constante violação dos seus direitos (sociais, de saúde e cultural) e buscar formas de subsistência para além do mercado, da família e do Estado. Nesse contexto de desamparo, as ruas dos grandes centros urbanos se apresentam como alternativa de sobrevivência e formação de vínculos societários.

1.2. VIOLÊNCIA URBANA

A maior visibilidade dos invisíveis que ocupam as ruas foi acompanhada do crescimento da violência urbana. Essas duas problemáticas aparentemente irreparáveis no Brasil foram associadas como se existisse uma relação causal entre elas, ou seja, a violência urbana é fruto da presença dos indesejáveis que ocupam o espaço urbano público. Evidenciando uma supérflua e equivocada interpretação social, resultante “da vinculação mais geral da pobreza com a violência e a delinquência, o que vem a favorecer que todos os cidadãos enxerguem o morador de rua como socialmente ameaçador e um criminoso em potencial” (MATTOS e FERREIRA, 2004, p. 49). Nessas circunstâncias, observamos o reforço/engendramento de representações sociais negativas sobre essas pessoas e o agravamento do processo de exclusão ao compreendê-las como perigosas e violentas. Sobre a mudança na representação do pobre no imaginário da classe média no Brasil:

nos anos 80/90, em que a pobreza tornou-se sobretudo urbana (em termos de volume, pois as situações de maior miséria permanecem no campo) e, portanto, mais visível, a sua representação pelos mais favorecidos transformou-se completamente. Agora o pobre é representado como um bandido em potencial. Suas imagens são sobretudo a dos moradores de rua e, entre estes, os pivetes, que cheiram cola e roubam os transeuntes nas praças e ruas das grandes cidades. Sua figura mais ilustrativa é a do bandido urbano, "indivíduo geralmente escuro e nordestino" (NASCIMENTO, 1994, p.43).

Para Nascimento (1994), a violência urbana que atinge as classes mais favorecidas, não se encontra diretamente vinculada com a pobreza, mas com os seguintes fatores: 1- alteração nas relações sociais decorrente do processo de urbanização acelerada, o qual deslocou amplo grupo populacional para um espaço social marcado por relações sociais secundárias com menor controle social; 2- a mídia ampliou seu alcance provocando o desejo de consumo nas camadas inferiores e deu maior visibilidade aos efeitos da desigualdade social; 3- massas urbanas mais conscientes das iniquidades sociais vivenciadas; 4- crise de legitimidade em diversas instituições, especialmente a autoridade

governamental; 5- hierarquia social enrijecida, inviabilizando a mobilidade social.

Gostaria de chamar atenção para o tópico referente ao progresso dos meios de comunicação, em virtude da mídia ser um poderoso instrumento de controle social com capacidade de informar, formar opiniões e atitudes. Observamos que com o aumento da violência urbana e do lucro obtidos por diversos setores através da mercantilização do medo, a mídia incorporou o medo e a violência como carro-chefe na atração da audiência. Assim, os meios de comunicação passaram a bombardear diariamente a sociedade com notícias e imagens de pessoas pobres (e negras) roubando, cometendo homicídios contra os mais favorecidos, fazendo uso de substâncias psicoativas (SPA's), traficando e realizando todos os tipos de atos que reforçam os estigmas pejorativos sobre os menos privilegiados economicamente.

Assim, pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades, “pelo recalçamento e negação de certas realidades”, pela sugestão e, portanto, pela criação de um real, de realidades - que passam a ser as que existem objetivamente - os meios de comunicação de massa “simula(m) padrões consensuais de conduta” (Sodré, 1992, p. 45), produzem poderosas e eficientes formas de ser e de estar no mundo; forjam existências, vidas, bandidos, mocinhos, heróis e vilões (COIMBRA, 2001, p.3).

Para frearmos e posteriormente revertermos esse processo de formação de uma realidade onde os excluídos são associados a figura do bandido e percebidos como incontrolláveis ameaças para a sociedade constituída de “mocinhos”. É fundamental que se cumpra o proposto na Política Nacional para a População em Situação de rua que defende a implantação de ações educativas com o objetivo de superar o preconceito em relação à PSR. A implementação das políticas públicas se apresenta como melhor alternativa para compreender o fenômeno população em situação de rua e eliminar as representações sociais negativas que marcam essas pessoas em vulnerabilidade social.

1.3. ESTRATÉGIAS DE ELIMINAÇÃO E EXPULSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O medo incitado na classe média pela figura do pobre acarreta na posição de ampla parcela da sociedade em apoiar práticas higienistas contra essa população formada de “vilões”. A eliminação é a etapa final, havendo duas anteriores, do processo de ocultação simultânea da violência social e das populações alvo desta. O processo se inicia com o desenvolvimento de um discurso ideológico que desqualifica e culpabiliza esses indivíduos pelos problemas de segurança pública, epidemias e desordem na sociedade, legitimando a ruptura do contrato social. A segunda etapa é marcada pela desvinculação, ou seja, representa a rejeição dos desqualificados por parte da sociedade, resultando em graves danos subjetivos como a baixa autoestima e isolamento social e psíquico. A etapa final, eliminação, pode ocorrer pelo extermínio, esterilização, genocídio cultural e deportação (BURSZTYN, 2003).

A sociedade capitalista, ao acreditar que as vítimas da exclusão social não são cidadãos com direitos, ou, mais grave, não são humanos, compactua com as diversas ações de extermínio vivenciadas em todo o mundo ocidental. Não é por acaso que o poder público realizou em diversas capitais do Brasil e no mundo ações de adaptações arquitetônicas como os “*anti-homelessspikes*” (lanças anti-mendigo) em Londres, cercas de ferro ao redor de bancos públicos na França, interdição de praças em Salvador, pisos irregulares e prédios sem marquises em São Paulo, ações policiais de expulsão e maus-tratos, eliminação dos pertences (documentos, roupas, material de trabalho) por serem considerados detritos, fechamento de banheiros públicos e internação compulsória para usuários de drogas.

Essas ações endossadas pela sociedade são reflexos da ineficácia e falta de políticas públicas eficazes para esse segmento populacional. Afinal, as diversas faces da violência contra pessoas descartadas do mercado e da sociedade reforçam o ciclo vicioso, no qual: o cidadão usa o espaço público para realização das suas necessidades básicas, pois não possui moradia e local adequado para garantir sua higiene pessoal. Tais atos privados realizados em espaço público são repudiados pela população que exige ações do poder

público com o objetivo de empurrar esses indivíduos incômodos para o limbo da inexistência (FRANGELLA, 2005).

Um aspecto subjetivo e social significativo que marca o discurso de grande parte das pessoas em situação de rua é a culpabilização pela sua condição. Neste caso, há uma desresponsabilização da sociedade e assunção da culpa por parte do sujeito que minimiza ou desconsidera as diversas circunstâncias, como o desemprego, que empurram massas de indivíduos para as ruas. Doravante a sociedade submetida ao modo de produção capitalista fomenta o discurso em defesa da situação de rua como uma escolha, pois “basta querer para conseguir sair das ruas” ou como diariamente noticiam os jornais: “há vagas de trabalho, só falta gente qualificada”. Percebe-se que “esta concepção da pobreza como opção encontra-se na suposição de que há igualdade de oportunidades, em que os indivíduos concorrem ou perseguem fins que alcançarão ou não segundo suas próprias condições ou escolhas” (SIQUEIRA, 2014, p.243).

O morador de rua assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social. Sente-se um *fracassado*, um *caído*. A justificativa para essa situação oscila entre estabelecer razões externas, como a falta de emprego, a falta de apoio e a autoculpabilidade, com destaque para o alcoolismo (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 2004, p.100-1).

Quando o indivíduo excluído acredita nesse discurso que se faz hegemônico em todas as classes sociais, há uma identificação aos significantes e estigmas negativos que lhe são atribuídos. Acredito que as principais possibilidades da pessoa em situação de rua lidar com esses estigmas são: 1- assumir o papel de “bandido”, “drogado”, “vagabundo” e outros que lhe são impostos; sentir-se fracassado; culpar-se pela sua condição; usar a violência como forma de reação contra a sociedade; e negar o pertencimento ao grupo social no qual se encontra inserido, identificando-se com papéis anteriormente assumidos e reconhecidos socialmente: “sou trabalhador, mas estou em busca de emprego agora”, “não sou como eles que não pensam em nada”, “são drogados, eu só bebo”.

1.4. O USO DE DROGAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O aumento do consumo de drogas na sociedade e, especialmente, entre as pessoas em situação de rua tornou-se objeto de preocupação de diversos âmbitos da sociedade. Preocupação agravada com o visível fracasso da tentativa de minimizar esse fenômeno social com práticas repressivas e/ou pelo *furor sanandi* através da abstinência total, desconsiderando o drogar-se como um ato humano que possui significado (MACRAE, 2001; OLIEVENSTEIN, 1980).

O uso de drogas pelas pessoas em situação de rua associa-se aos estigmas negativos impostos a estes. Acredita-se que o uso da substância é reflexo da vadiagem ou favorece comportamentos agressivos e danosos à sociedade. Ressalto que o uso de drogas pelo ser humano, assim como a existência de pessoas usando a rua como meio de sobrevivência, também não constitui fenômeno social recente, sendo possível encontrar referência ao uso de drogas [*phàrmakon*] na “Odisséia” de Homero (SANTIAGO, 2001).

O uso não representava um problema social, quando limitado a “rituais coletivos ou orientados por objetivos e em circunstâncias que a própria sociedade reconhecia-os como expressão de seus valores” (MACRAE, 2001, p. 14). Todavia, essa percepção muda com o deslocamento da droga circunscrita a usos ritualísticos para um objeto de mercado produzido em larga escala. Esse deslocamento fica evidente na sociedade pós-moderna de consumo, onde o uso ganhou status de sintoma social e tornou-se objeto da repressão social, contribuindo para o aumento da oferta e do consumo.

O status de ilegalidade é corroborado pelo discurso científico, limitando a compreensão do uso da droga ao seu caráter tóxico e os danos provocados ao organismo, desconsiderando a função psicossocial que a substância desempenha para cada sujeito. Nessa direção, a sociedade adota práticas intolerantes de discriminação e repressão ao usuário de SPA's, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Dessa maneira, a compreensão dinâmica sobre o uso entre a população em situação de rua concebe a droga para além simplesmente da busca pelas sensações de entorpecimento e prazer vividas no corpo. O uso de droga possui uma função e significado na vida dessas crianças e adolescentes, tal como há uma apropriação simbólica da rua e essa passa a desempenhar um papel importante na própria identidade dos jovens em questão. Há também uma apropriação simbólica acerca do uso, que cumprirá muitas vezes uma função de preservação e proteção contra contextos de vida marcados pela exposição a uma série de riscos, que vão desde doenças físicas (infecções, desnutrição etc.), sociais (ambientes violentos e de exposição as drogas) e de ordem psicológica (efeitos do abuso, negligência ou exploração) (NERY et. al., 2011, p.23).

A importância da percepção da função psicossocial da droga para a população em situação de rua deve-se ao reconhecimento dessa população para além das representações sociais negativas às quais é associada, possibilitando uma ressignificação da sua história e o vislumbrar de novas possibilidades. Penso que a sociedade e as políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua devem seguir nessa direção ética e técnica, não discriminatória e não repressiva, em respeito aos subgrupos e a sua cultura.

1.5. PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

A presença de pessoas vivendo nas ruas brasileiras encontra-se estreitamente vinculada às mudanças no mundo do trabalho, a circulação do capital e extrema desigualdade social. Foi a partir dos anos 1970 que se observou o aumento do registro de indivíduos morando na rua, os quais eram identificados de mendigos e, posteriormente denominados moradores de rua (VARANDA, 2004). Esse grupo era constituído, em sua maioria, por pessoas que migraram do meio rural em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades, em decorrência das precárias condições no meio rural.

Com o intenso processo de industrialização iniciado na segunda metade dos anos 1950, as condições da vida urbana tornaram-se gradativamente mais

atrativas. Esse processo foi acompanhado pelo desenvolvimento tecnológico que extinguiu postos de trabalho ou reduziu a necessidade de mão-de-obra, não sendo possível suprir a demanda de emprego das pessoas oriundas do meio rural e urbano. Essas mudanças tornaram a população de rua mais heterogênea, favorecendo o processo de “modernização da miséria” (WACQUANT, 2005, p. 189).

Por conta dessa tendência, que é mundial, cresce a população de rua (sem-teto, *homeless*). Já não são mais apenas mendigos tradicionais, os *clochards*, os *hippies*, os *squatters*, os deficientes físicos ou mentais, ou os vagabundos, como em outros tempos. Agora, a estes se juntam os involuntariamente desvinculados do mundo do trabalho (BURSZTYN, 2000, p.42).

Os anos 1980 até os dias atuais são marcados pela desaceleração do êxodo rural, em virtude da atração dos centros urbanos de médio porte e pelo atrofiamento da população rural (BURSZTYN, 2000). A redução da evasão do campo não representou a redução de pessoas em situação de rua. Pelo contrário, esse fenômeno continuou em expansão e foi ganhando mais evidência ao ser visto como uma ameaça ao bem-estar social. Entretanto, defendo que esse fenômeno deveria ser percebido como uma “expressão radical da questão social na contemporaneidade, que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação de vida” (SILVA, 2006, p.90).

Como vimos anteriormente, a rua pode ser compreendida de uma perspectiva positiva, sendo um local de formação de vínculos, trabalho, diversão, etc. Essas representações são moldadas de acordo com o tempo de permanência na rua e maior apropriação dessa realidade. Para Vieira, Bezerra e Rosa (2004), podemos categorizar de três formas a relação do indivíduo com a rua de acordo com o tempo de permanência nesta: o “ficar na rua” engloba aqueles que estão circunstancialmente na rua e temem dormir na rua. Há uma violenta rejeição da identificação com o morador de rua e sentem-se desvalorizados pela precariedade da sua situação; “Estar na rua” marca uma permanência recente, havendo o uso da rua como local de pernoite, pois não a consideram tão ameaçadora. Há um apropriar-se do conhecimento da rua para

conseguir alimento e acessar instituições assistenciais. Diferente dos indivíduos da categoria “ficar na rua”, os que “estão não rua” estabelecem relações com as pessoas da rua, porém tentam se diferenciar deles ao se identificarem como trabalhador desempregado. A categoria “ser da rua” difere das anteriores pela difícil possibilidade de ocorrer alternância da rua com outros locais de residência e com trabalhos variados. Para o “ser da rua”, o espaço urbano torna-se referência central na vida, ou seja, é o local de trabalho, de relações pessoais e moradia de forma praticamente definitiva.

1.5.1 Morador de rua ou população em situação de rua?

Um debate atual e importante refere-se ao uso das terminologias “morador de rua” e “população em situação de rua”. Nas políticas brasileiras voltadas para esse grupo, podemos encontrar termos como mendigo, morador de rua e pessoas em situação de rua. Essas mudanças não se tratam apenas de uma questão semântica, mas representa um marco político decorrente do desenvolvimento e da luta de atores sociais pelos direitos daqueles que moram na rua.

O termo atualmente utilizado e considerado politicamente mais adequado é “população em situação de rua”. Seu uso em detrimento dos anteriores almeja identificar a condição de estar na rua como circunstância passageira, ou seja, o sujeito é impelido para essa situação (que não é definitiva) por diversos fatores, especialmente pelo modo de produção capitalista que amplia a pobreza e outras formas de iniquidade social (BESSA, 2009). Em contrapartida, o termo “morador de rua” apresentaria uma identificação radical com a rua, sem possibilidade de sair desta situação, ou seja, deixar de “ser da rua”.

São por esses motivos que o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, foi denominado Política Nacional para a População em Situação de Rua. Como já foi abordada na introdução, essa política apresenta a definição de população em situação de rua que referencia este trabalho:

Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou

fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.1).

Essa definição apresenta quatro características principais da população em situação de rua: heterogeneidade, pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados e inexistência de moradia convencional regular. A heterogeneidade é a característica central do perfil da população em situação de rua brasileira, ela representa as singulares histórias de vida que se encontram na rua, suas diversas formas de apropriação desse espaço e a diversidade de grupos sociais que encontraram na rua uma forma de sobrevivência.

São raros os casos de pessoas que convivem com seus familiares nas ruas. É recorrente os relatos sobre a perda/fragilização dos vínculos familiares, seja por situações de violência doméstica, conflitos, dificuldade de lidar com as regras impostas pela família ou por dificuldades financeiras (desemprego).

A pobreza extrema é resultado das transformações socioeconômicas decorrentes do capitalismo que excluiu milhares de pessoas do mundo do trabalho, acentuando as desigualdades sociais, a má distribuição de oportunidades e a exclusão social. Diante da falta de políticas públicas para amparar essa população e pela falta de renda, a única opção é utilizar os “logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento” ou unidades de acolhimento que encontram-se inadequadas para atender a população em situação de rua.

1.5.2 Pesquisa nacional sobre população em situação de rua

A falta de pesquisas no meio acadêmico e político sobre a população em situação de rua reflete a naturalização e o descaso com esse fenômeno. A única pesquisa de âmbito nacional foi realizada entre agosto de 2007 a março de 2008 com o objetivo de quantificar e caracterizar a população em situação de rua, fornecendo dados para orientar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para tal segmento. Essa pesquisa precisou ser realizada, visto a exclusão da

população em situação de rua nos censos demográficos realizados pelo IBGE, pois a coleta dos dados é de base domiciliar.

A pesquisa contemplou 71 cidades brasileiras, sendo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. Destaco que São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte não fizeram parte da amostra, em decorrência de terem realizado pesquisas de iniciativa municipal. O estudo encontrou 31.922 pessoas com mais de dezoito anos vivendo em situação de rua, o equivalente a 0,0061% da população das cidades. Levando em consideração que a pesquisa não abrangeu todo o território nacional e desconsiderou as pessoas com menos de 18 anos, não é possível estimarmos com precisão o tamanho total da população em situação de rua no país.

Diversos dados corroboram algumas percepções que temos sobre a população de rua, como o fato de ser predominantemente masculina (82%), alta proporção de negros (31,9% se declararam pardos e 27,9% pretos) e níveis miseráveis de renda (52,6% recebem entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais). 95% não estavam estudando no momento da pesquisa, porém um dado que diverge do imaginário social refere-se ao alto índice de alfabetização (74% sabe ler e escrever) e a existência de pessoas com nível superior entre a PSR (1,4%). Sobre a escolaridade da amostra, verificar Tabela 1 (META e MDS, 2008, p.7):

Tabela 1: Nível de escolaridade da PSR

Escolaridade	F	%	%a
Nunca estudou	4.175	15,1	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4	63,5
1º grau completo	2.854	10,3	73,8
2º grau incompleto	1.045	3,8	77,6
2º grau completo	881	3,2	80,8
Superior incompleto	190	0,7	81,5
Superior completo	194	0,7	82,2
Não sabe/Não lembra	2.136	7,7	89,9
Não informado	2.787	10,1	100,0
Total	27.647	100,0	

Fonte: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

Referente à faixa etária, foram feitas seis divisões com os seguintes percentuais: 18 a 24 anos, 16,2%; 25 a 34 anos, 28,2%; 35 a 44 anos, 24,8%;

45 a 54 anos, 16,5%; 55 anos ou mais 13,3%; 1% não sabia ou não lembrava da idade. Esses dados são importantes ao salientar que 53% da população em situação de rua, se encontra na faixa etária entre 25 e 44 anos, ou seja, em idade produtiva.

A pesquisa identificou três principais razões para as pessoas em situação de rua utilizarem esse espaço como meio de moradia e sobrevivência, como mostra a Tabela 2: a maioria (35,5%) atribuiu ao alcoolismo e/ou outras drogas a principal razão para passar a morar na rua; 29,8% afirmaram ser o desemprego o fator prevalente; e 29,1% citaram as desavenças no ambiente familiar (pai, mãe e irmãos) como causa da sua situação de rua. É inegável que esses fatores não atuam de forma isolada, havendo uma interação que favorece a formação do fenômeno.

TABELA 2- Principais motivos para ida à rua (múltiplas opções)

Motivos	f	%
Alcoolismo/drogas	9.827	35,5
Desemprego	8.249	29,8
Problemas com pai/mãe/irmãos	8.012	29,1
Perda da moradia	5.653	20,4
Separação/decepção amorosa	4.454	16,1
Ameaça / Violência	2.137	7,7
Preferência/opção própria	2.102	7,6
Trabalho	1.878	6,8
Tratamento de Saúde	1.583	5,7
Outro	1.251	4,5

Fonte: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

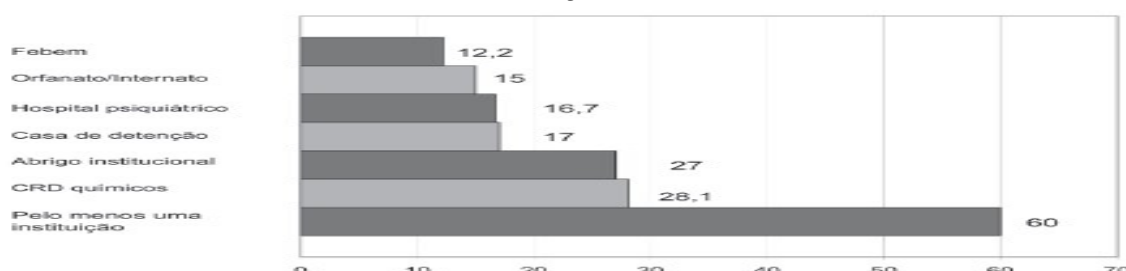
O álcool e outras drogas, citados como principal causa associada à situação de rua, sustenta uma importante função psicossocial para essas pessoas marcadas pelo estigma e o sofrimento. Freud em *O mal-estar na civilização* (1930) localiza no uso de drogas a solução mais eficaz para lidar com o mal-estar. Dessa forma, a droga funcionaria como um “amortecedor de preocupações” (FREUD, 1930, p. 86), tornando o viver suportável diante das diversas fontes de sofrimento. A leitura freudiana encontra-se em consonância com os achados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua: “o consumo abusivo de álcool e, em menor escala e frequência, de outras

drogas, parece fazer parte do necessário 'processo de anestesia' para a permanência das pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009, p.112).

Quase metade dos sujeitos, 45,8%, sempre viveu no mesmo município. Dos 54,2% restante, 56% são provenientes de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72% da população vieram de áreas urbanas. Esses dados demonstram que a população em situação de rua não é majoritariamente composta por imigrantes do meio rural. Ela é constituída em grande parcela por pessoas oriundas das cidades que necessitaram buscar às ruas como meio de sobrevivência, muito provavelmente devido as radicais mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil nos últimos 40 anos. O mais preocupante é o longo período de permanência na rua, pois se observa uma relação direta entre o tempo na rua e a fragilização dos vínculos familiares: 48,4% está há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue.

Como se esperava, a maior parte da população pesquisada dorme na rua (69,6%). Em contrapartida, chama atenção que 46,5% preferem dormir na rua e 43,8% nos albergues. Esse dado reforça a necessidade de avaliarmos a eficácia dos albergues para sua população-alvo, especialmente nos fatores apontados pelos que preferem dormir a rua: 44,3% aponta falta de liberdade como principal motivo de não optar pelo albergue; para 27,1% o horário é o maior obstáculo; e, a proibição do uso de álcool e outras drogas ficou em terceiro lugar com 21,4%. Percebe-se que os três motivos estão vinculados a privação de liberdade dos sujeitos, o que nos faz refletir se há alguma relação entre esses dados e a evidência de que 60% dessa população já foi internada em pelo menos uma instituição, como mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Porcentagem da população em situação de rua em relação a internação em instituições.



Fonte: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

O rompimento ou fragilização dos vínculos familiares foi apontado na pesquisa como a terceira razão para passar a viver na rua. No que tange o vínculo familiar, 51,9% da população-alvo possui parente residente na cidade onde se encontra. Contudo, essa proximidade não se reflete no contato com esses parentes, visto que 38,9% não mantêm nenhum contato, 34,3% possuem contato frequente (diário, semanal ou mensal) e 14,5% mantêm contatos de dois em dois meses até um ano, como aponta os dados da Tabela 3. Sobre a avaliação desse relacionamento com os parentes, 39,2% avaliaram positivamente (bom ou muito bom), em contrapartida 29,3% consideraram o relacionamento ruim ou péssimo. Destaco que 23,1% possuem contato com parentes que se encontram em outras cidades.

TABELA 3 – Frequência do contato com os familiares

Frequência	f	%	%a
Não mantém contato	583	38,9	38,9
Diariamente	108	7,3	46,2
Semanalmente	190	12,7	58,9
Mensalmente	215	14,4	73,3
Bimestralmente	50	3,3	76,6
Trimestralmente	30	2,0	78,6
Quadrimestralmente	11	0,7	79,3
Semestralmente	32	2,1	81,4
Anualmente	96	6,4	87,8
Outra frequência	31	2,1	89,9
Não sabe/ Não lembra	54	3,6	93,5
Não informado	97	6,5	100,0
Total	1.497	100,0	

Fonte: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

Em oposição ao senso comum, apenas 15,7% dos pesquisados pedem dinheiro como fonte de renda principal, sendo que 70,9% trabalham em diversas atividades: 27,5% coleta de matérias recicláveis; 14,1% flanelinha ou guardador de carro; construção civil 6,3%, como mostra a Tabela 4. Do contingente pesquisado 58,6% alegou possuir alguma profissão, especialmente ligada a construção civil (27,2%). Contudo, 97% não estavam trabalhando com carteira assinada e ainda mais alarmante, 47,7% nunca tiveram a carteira de trabalho assinada. Dos que já tiveram a carteira assinada, 50% está há pelo menos cinco

anos sem registro. Situação que evidencia a exclusão do mundo do trabalho e os efeitos socioeconômicos do capitalismo na nossa sociedade.

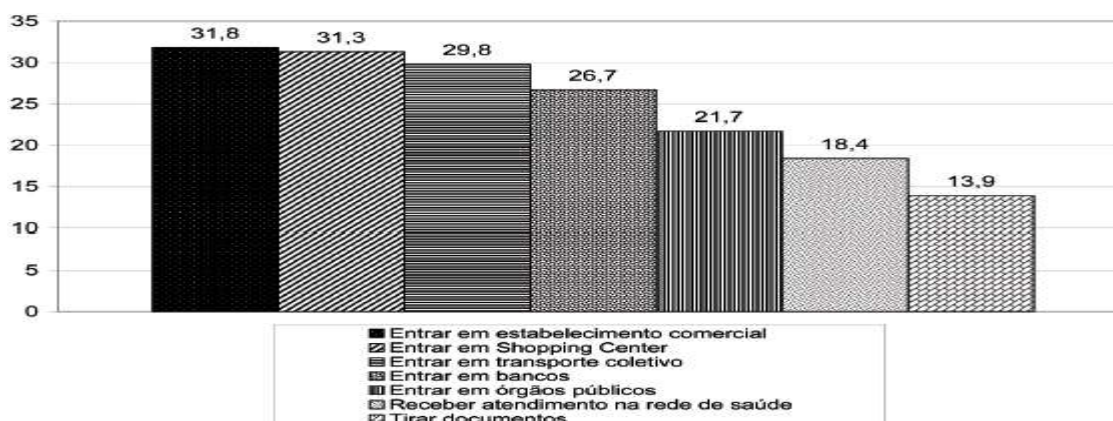
TABELA 4: Principais atividades geradoras de renda

Atividades	ƒ	%
Catador de material reciclável	7.592	27,5
Pede dinheiro	4.336	15,7
Cuida de carros/flanelinha	3.907	14,1
Nada/Desempregado	1.779	6,4
Construção civil/pedreiro	1.741	6,3
Vendas	1.616	5,8
Limpeza	1.165	4,2
Carregador/estivador	864	3,1
Aposentado	644	2,3
Artesanato	299	1,1
Profissional da indústria/Comércio	256	0,9
Bico/Biscate	240	0,9
Profissional do sexo	232	0,8
Mantido por instituição/albergue	212	0,8
Beneficiários do governo	131	0,5
Pinor	76	0,3
Artista	56	0,2
Trabalho rural	48	0,2
Mecânico	44	0,2
Distribui panfletos	42	0,2
Marceneiro	33	0,1
Outros	1.019	3,7
Não Respondeu	1.315	4,7
Total	27.647	100,0

Fonte: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

A exclusão social e a privação dos direitos da PSR são registradas pelo elevado índice de não exercício da cidadania através do voto (61,6%), pela falta de documentos (24,8%), não recebimento de recursos por meio de programas governamentais de transferência de renda ou benefícios (88,5%) e não participação em qualquer movimento social (95,5%). Esse quadro de exclusão e discriminação é ilustrado no Gráfico 2 (META e MDS, 2008, p.13) sobre experiências de entrada em locais ou para realização de atividades.

GRÁFICO 2- População em situação de rua segundo experiências de impedimento de entrada em locais ou para realização de atividades, 2007-8 (%)



Fonte: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

A partir dos dados dessa pesquisa realizada em âmbito nacional, fica evidente algumas das principais características da população em situação de rua brasileira: a heterogeneidade, os vínculos familiares fragilizados, a falta de moradia adequada, a inexistência de um sentimento de pertencimento social e invisibilidade aos olhos do Estado/sociedade. Esta pesquisa foi um passo na direção de conhecer essa população, possibilitando o desenvolvimento de políticas que atendam sua necessidade real e lhe legitimem como cidadãos de direitos, não apenas como alvo de ações repressoras e da indiferença social.

1.5.3. Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-BA

A pesquisa sobre população em situação de rua na capital do estado da Bahia, realizada pela Prefeitura de Salvador no período entre 06 e 30 de outubro de 2009, buscou identificar o perfil sociodemográfico desta população, assegurar compatibilidade com a pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (2008) e obter dados para desenvolver políticas públicas eficazes e de acordo com as particularidades locais deste segmento social.

A pesquisa na região metropolitana de Salvador (RMS) utilizou os mesmos conceitos e definições estabelecidos pela Pesquisa Nacional (SALVADOR, 2010). Todavia, essa pesquisa se diferenciou da realizada em

âmbito nacional, ao incluir a população de 0 a 17 anos na sua amostra, apesar de não ter sido realizado nenhum levantamento aprofundado sobre o fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua.

Foram encontradas 2.067 pessoas dormindo nas ruas, representando 0,067% da população estimada da cidade de Salvador naquele ano. Esse número é significativamente inferior às 3.289 pessoas em situação de rua identificadas em 2007 pela Pesquisa Nacional para a cidade de Salvador. Essa diferença deve ser resultado do breve período de tempo no qual a pesquisa foi realizada, visto que não se foi a campo no feriado e finais de semana. Dessa forma, não há como sabermos o tamanho real da população em situação de rua no município de Salvador.

TABELA 5 - Distribuição da população em situação por áreas, Salvador.

Áreas de Salvador	População	%
[1]-Centro histórico: Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Nazaré, Barbalho ^a	487	24,2
[2]-Cidade Baixa: Comércio, Mares, Calçada, Roma, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem ^b	620	30,8
[3]-Centro: Av. Sete, Piedade, Carlos Gomes, Rua Chile, Dois de Julho, Gamboa, Largo dos Aflitos ^c	321	16,0
[4]-Barra até Pituba, Itaigara, Iguatemi até Costa Azul	212	10,5
[5]-Centro: Campo Grande, Canela, Centenário, Vitória, Garcia	100	5,0
[6]-Imbui, Mussurunga, São Cristovão, Itapuã, Aeroporto e Stella Maris	71	3,5
[7]-Federação, Vasco da Gama, Ogunjá, Bonocô e Brotas	53	2,6
[8]-Baixa do Fiscal, Suburbana e Base Naval	20	1,0
[9]-Cabula, Pernambués, Rótula do Abacaxi, Liberdade, Pero Vaz, Pau Miúdo, IAPI, Caixa d'Água ^d	68	3,4
[10]-Pirajá, São Caetano, Faz Grande, Marechal Rondon, Largo do Tanque	51	2,5
[11]-São Rafael, Pau da Lima, São Marcos, Cajazeiras, Águas Claras e Boca da Mata	7	0,3
Total	2010	100

Demais locais: ^aSanto Antônio, Fonte Nova, Jardim Baiano; ^bSão Joaquim, Ribeira e Uruguai; ^cPoliteama; ^dSan Martin.

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

A tabela 5 mostra que assim como em outros municípios, a população em situação de rua da região metropolitana de Salvador (RMS) ocupa locais onde há circulação de capital e possibilidade de satisfazer as necessidades básicas (alimento, serviços de saúde, higiene pessoal e local para dormir). Observa-se que não há correspondência entre a distribuição da PSR e a distribuição da população da cidade, em decorrência da falta de atratividade das áreas que possuem alta concentração de pessoas pobres. Esses fatores ajudam a compreender a presença de 71% da população concentrada nas regiões do Centro histórico, Cidade Baixa e Centro (SALVADOR, 2010).

Assim como foi identificado pela Pesquisa Nacional, a PSR em Salvador é predominantemente urbana. 90% teve sua última moradia em área urbana, sendo que 74% são oriundos da RMS e nela vivenciaram sua primeira experiência de viver na rua. Apenas uma pequena parcela, 9,2%, originou-se de outros estados ou países. Sobre a moradia chama atenção que 90% da população em situação de Salvador já teve residência fixa, apontando para a falta de proteção social e vulnerabilidade dos cidadãos do município de Salvador.

Os três principais motivos elencados para explicar a ida dos sujeitos à rua foram: problemas familiares e afetivos (50,6%); alcoolismo/drogas (34,2%); desemprego (21,1%). Esses dados reforçam uma consonância com os resultados da Pesquisa Nacional que também identificou esses fatores. Contudo, há uma particularidade no caso de Salvador, no qual os problemas familiares e afetivos são apontados como razão principal para explicar a situação de rua. Penso que essa categoria se destacou na pesquisa municipal, pois não se separou as categorias “problemas com pai/mãe/irmãos” (29,1%) e “separação/decepção amorosa” (16,1%) como foi empreendido na pesquisa nacional. Caso houvesse a fusão dessas categorias como foi realizada em Salvador, essa nova categoria também representaria o principal motivo para os entrevistados explicarem sua situação, abrangendo 45,2% da amostra nacional.

A pesquisa em Salvador traçou uma interessante e importante relação entre os motivos para ida à rua e à idade dos sujeitos. Para os mais jovens percebe-se uma predominância de explicações devido aos “problemas familiares”, as “drogas”, a “violência” e, em alguns casos, afirmam que foram à rua por “opção própria”. Para aqueles com 30 anos ou mais, os “problemas familiares” ainda representam o motivo principal para a situação de rua. O que merece nossa atenção é a queda da importância dessa categoria e da referente ao “alcoolismo/drogas” com o aumento da idade dos entrevistados, observando-se o aumento da relevância do “desemprego” e “perda de moradia”.

Como vimos anteriormente, o período de permanência na rua é uma dimensão de extrema importância para compreendermos a PSR, pois o tempo de rua é proporcional ao rompimento dos vínculos familiares e afastamento gradativo do mercado formal. Essa situação merece atenção imediata em Salvador, onde 20,4% dos entrevistados estão morando nas ruas há pelo menos dois anos e 58,9% há cinco anos ou mais.

Esse longo período de tempo na rua não se restringe aos adultos. Ao considerarmos os jovens de 18 a 29 anos, 81,9% do total encontram-se no mínimo há dois anos em situação de rua. Essa situação é ainda mais drástica ao considerarmos que 57,5% vivenciam as ruas como espaço de moradia há cinco anos ou mais. Um município no qual 75% dos jovens de até 17 anos estão sobrevivendo nas ruas há pelo menos dois anos, mostra-se incapaz ou fracassado nas suas ações e políticas públicas para garantir uma qualidade de vida digna e na proteção dos direitos de seus cidadãos em vulnerabilidade social.

TABELA 6 – População segundo o número de anos na rua e os grupos de idade.

Anos em situação de rua	Período	< = 17 anos	18 - 29 anos	30 - 49 anos	>= 50 anos	Total*
Menos de 6 meses	2009	10,2	5,5	8,8	4,9	7,1
6 meses < 1 ano	2008_09	1,5	4,6	4,4	3,1	4,0
1 - 2 anos	2007_08	10,2	8,1	5,4	5,4	6,8
2 - 5 anos	2004_07	40,8	22,8	14,5	17,9	20,4
5 - 10 anos	1999_04	27,7	28,7	18,5	15,7	22,8
Mais de 10 anos	Antes out99	6,3	28,8	46,6	48,4	36,1
Sem informação		3,4	1,5	1,8	4,5	2,7
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

A população em situação de rua na RMS é majoritariamente masculina (79,8%) e 85% dela é composta por negros (pessoas que se autodeclararam preto ou pardo). Traçando um perfil pela idade, nota-se que 37,4% desta população é formada por jovens entre 18 e 29 anos e 40,6% por adultos entre 30 e 49 anos. Assim como na pesquisa nacional, identificamos em Salvador a elevada porcentagem de pessoas em idade produtiva que por diversas

contingências sociais e/ou subjetivas encontraram na rua o único meio de sobrevivência.

As mulheres e jovens com até 17 anos representam uma pequena parcela em comparação com o total: 20% e 10,5%, respectivamente. A particularidade destes segmentos é a convivência na rua com parentes em maior proporção do que entre os homens. Sobre a faixa etária e a proporção de homens e mulheres na rua, verificamos na Tabela 7, o predomínio de homens em situação de rua.

TABELA 7 - Proporção de homens e mulheres em situação de rua, por idade.

Idade	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
0 a 12 anos	71,4	28,6	100
13 a 17 anos	77,8	22,2	100
18 a 19 anos	66,7	33,3	100
20 a 24 anos	65,5	34,5	100
25 a 29 anos	89,5	10,5	100
30 a 39 anos	80,9	19,1	100
40 a 49 anos	84,6	15,4	100
50 a 59 anos	79,3	20,7	100
60 a 79 anos	77,8	22,2	100
Total	79,9	20,1	100

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Salvador possui uma das maiores taxas de desemprego do Brasil, sendo considerada a “capital do desemprego”. A precariedade do mercado de trabalho soteropolitano é vivenciada mais intensamente entre a PSR que é historicamente excluída do restrito mercado formal, gerando uma naturalização do desemprego e/ou da realização de trabalhos insalubres e precarizados por parte daqueles que vivem na rua. É através do trabalho que 80% dos pesquisados obtêm sua principal fonte de renda, destacando-se a coleta de matérias recicláveis e atividades relacionadas a automóveis (guardador, flanelinha, lavador) que correspondem a 73,7% das atividades reenumeradas.

TABELA 8 – Principais atividades declaradas pelos que trabalham

Atividade	%
Catador de material reciclado	46,6
Guardador de carro	15,3
Lavador de carro	11,9
Flanelinha	5,6
Construção civil/pedreiro	1,9
Vendas	2,8
Limpeza	2,4
Carregador/Estivador	1,1
Profissional da indústria/Comércio	0,4
Bico/biscate	8,8
Pintor	1,3
Artista	1,7
Mecânico	0,2
Total	100,0

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Somente 1% da amostra possuía emprego com carteira assinada, ilustrando a vulnerabilidade social dessa população e sua inserção no mercado informal de trabalho. Apesar dessas atividades não fornecerem segurança para um planejamento do futuro com a renda decorrente do trabalho, foi encontrada certa estabilidade quanto ao tempo exercendo a ocupação atual: 50% declarou encontrar-se há mais de um ano na mesma ocupação e há quase quatro anos por aproximadamente 30%. A dificuldade de planejar o futuro é agravada pela instabilidade do trabalho e pelos baixíssimos rendimentos obtidos. Tomando como referencial o salário mínimo de R\$465,00 em 2009, identificou-se que 77% viviam com menos de R\$400,00 e 13,1% não tinha rendimento, como apontam os dados da Tabela 9.

TABELA 9 – Renda mensal dos trabalhadores em situação de rua

Renda mensal em reais	%	% do salário mínimo*	
		De	A
<Menos de R\$ 120,00	19,5	0,0	27,1
R\$ 120,00 - < R\$ 215,00	24,0	27,1	46,2
R\$ 215,00- < R\$ 400,00	20,4	46,2	86,0
R\$ 400,00 ou mais	23,0	86,0	Mais de 86
Sem rendimento	13,1	-	-
Total	100	-	-

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Os baixos níveis de renda e a falta de proteção provenientes do trabalho formal, não são compensados pelo Estado através de programas de transferência de renda para a PSR, pois apenas 14,4% declararam ter acesso aos benefícios governamentais. Diante dessa situação, o governo buscou reduzir as barreiras criadas pelas condicionalidades (residência fixa e outros critérios), possibilitando aumentar o acesso aos programas. Porém, a falta de informação sobre os seus direitos e os baixos valores pagos impedem significativas mudanças no quadro de pobreza, exclusão e vulnerabilidade desses cidadãos.

TABELA 10 - População em situação de rua segundo acesso a programas governamentais

Tipo de benefício/auxílio	%*
Bolsa Família	3.7
Aposentadoria	2.8
BPC	0.3
Cesta básica	1.8
Transporte	0.3
Outros	5.5
Não recebe	66.7
Não sabe/NR	19.6

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Políticas públicas inadequadas ao seu público-alvo, baixa renda proveniente do trabalho e a falta de suporte familiar podem ser elencados como alguns dos principais motivos que explicam o porquê de 80% dos pesquisados dormirem na rua e apenas 6,4% em albergue/casa de pernoite. A prevalência de pessoas na rua é resultado da insuficiente quantidade de albergues e vagas ofertadas na cidade de Salvador. Todavia, quando somente 20% afirmaram preferir dormir nos albergues, notamos que há uma falta de atratividade e fracasso da gestão em adequar os dispositivos às particularidades daqueles que deveriam ser contemplados com o serviço.

TABELA 11 - Local de preferência para dormir

Local	%*
Rua	64.4
Albergue	20.0
Ambos	1.0
Outros	11.2
Não respondeu	3.6
Total	100

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

As razões apontadas pela maioria da PSR preferir dormir na rua, 64,4%, são os mesmos identificados na Pesquisa Nacional. Assim como nas ruas, os albergues são apontados como locais inseguros e violentos (30,8% apontaram a violência como um motivo para não querer dormir no albergue). Em contrapartida, o indivíduo na rua não é submetido à privação de liberdade e autonomia como vivenciado no albergue: 32,2% apontam a falta de liberdade/privacidade como principal motivo pela não opção dos albergues.

TABELA 12 - Motivos para não optar dormir nos albergues

Motivos	%*
Liberdade. Privacidade	32.9
Horários	20.4
Proibido o uso de drogas	16.5
Dificuldade de vagas	7.8
Maus tratos	6.6
Violência	30.8
Proibição de sexo	3.9
Banho obrigatório	1.5
Divergência c/ outros usuários	15.3
Outros	25.1
Não sabe/Não quis responder	6.6
Total	

* Múltipla escolha

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Vimos que a fragilização dos vínculos familiares aparece, especialmente para os mais jovens, como uma das principais motivações para buscar as ruas. Para 72% das crianças e adolescentes com até 17 anos de idade, os problemas familiares representam o principal fator para explicar a situação de

rua. Essa proporção cai drasticamente para 27% entre as pessoas com mais de 60 anos. Tais dados indicam uma reinterpretação da história de vida e maior implicação dos sujeitos ao longo do tempo, resultando numa conscientização da sua situação, identificação das suas múltiplas causas e elaboração de uma explicação para sua biografia para além dos fatores manifestos.

Foi identificado que 62,5% possuem parentes na região metropolitana de Salvador e 17,4% tem parentes em situação de rua. Este percentual eleva-se para 44% entre as crianças e adolescentes com até 17 anos de idade. Ao considerarmos que 74% da população de rua pesquisada é oriunda da RMS, não é tão surpreendente que 37,5% possuem irmãos entre os parentes que vivem nas ruas.

TABELA 13 – Grau de parentesco com os parentes que estão em situação de rua

Parentesco	%*
Mãe	12,5
Pai	5,4
Madrasta	1,8
Filho	17,9
Irmão	37,5
Avô/Avó	1,8
Tia	16,1
Prima	17,9
Cunhada	1,8
Não sabe localizar	19,6

* Percentual em relação ao número de respondentes da questão (Múltiplas respostas)

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

A elevada porcentagem de parentes vivendo na mesma região, não significa que há contato com os familiares. 45% declararam não ter nenhum contato com os familiares, somente 18,1% consideraram possuir contatos frequentes e regulares com seus parentes. Apesar de os jovens estabelecerem contatos com mais frequência: 27,8% daqueles com até 19 anos entram em contato pelo menos uma vez semana e um terço das crianças com até 12 anos têm contato diário. É chocante identificarmos que 50% dos jovens entre 18 e 24

anos encontram-se com vínculos familiares interrompidos, sendo privados de uma das principais redes de proteção social representado pela família.

TABELA 14 – Frequência de contato com os familiares

Frequência	%
Não mantém contato	45,1
Diária	7,6
Semanal	10,2
Bimestral	4,5
Trimestral	2,9
Quadrimestral	1,0
Semestral	2,6
Anual	7,6
Outras	7,6
Não respondeu	10,9
Total	100,0

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Quanto a avaliação da população em situação de rua de Salvador sobre a qualidade do relacionamento com seus parentes como Bom/Muito Bom, encontramos uma equivalência com os resultados obtidos pela Pesquisa Nacional: 39% em Salvador e 39,2% em nível nacional avaliaram positivamente a qualidade do relacionamento. Uma proporção menor de indivíduos, 11,9%, avaliou a qualidade do relacionamento como Ruim/Muito Ruim. Sobressai-se que quase metade dos entrevistados (49,2%) afirmou não possuir relacionamento ou não responderam este quesito. Os dados confirmam o rompimento e a fragilização dos vínculos familiares entre a população em situação de rua da região metropolitana de Salvador, mesmo que alguns mantenham contatos regulares com seus familiares.

TABELA 15 – Avaliação em relação a qualidade do relacionamento com os parentes.

Qualidade	%
Muito bom	8,6
Bom	30,4
Ruim	9,0
Muito ruim	2,9
Não tem relacionamento/não responde	49,2
Total	100,0

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

A população em situação de rua vivencia e incorpora os estigmas da exclusão e a forma mais atroz da condição de vulnerabilidade social. Esse segmento populacional é marginalizado dos seus direitos fundamentais como cidadãos e do exercício da sua cidadania, seja pela impossibilidade de livre circulação, dificuldade no acesso a espaços públicos e existência de múltiplos entraves para obtenção de documentos.

TABELA 16 – Locais onde foi impedido de entrar

Locais	%*
Estabelecimento comercial	37,1
Transporte coletivo	23,1
Tirar documentos	4,6
Shopping Center	23,8
Em bancos	7,5
Atendimento na rede saúde	3,9
Total	100,0

* Múltipla escolha

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Nas análises dos dados sobre as condições de saúde da PSR, os resultados encontrados refletem um desconhecimento dessa população sobre os seus direitos, um possível receio de não ser atendido ou uma falta de investimento do sujeito em si (fisicamente e/ou subjetivamente), como mostram a Tabela 17 e 18.

TABELA 17 - Busca dos serviços ambulatoriais pela PSR

Posto de saúde	Nº	%
Nenhum	316	75,1
5º Centro	37	8,8
Posto de Saúde de Itapuã	6	1,4
2º Centro	4	1,0
Outras Unidades	58	13,7
Total	421	100

TABELA 18 - Busca dos serviços hospitalares pela PSR

Hospital	Nº	%
Nenhum	255	60,6
Hospital Geral do Estado	72	17,1
Hospital Irmã Dulce	27	6,4
Hospital São Jorge	17	4,0
Ernesto Simões	9	2,1
Roberto Santos	7	1,7
Outros	17	7,7
Total	421	100

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

A baixa procura dos serviços de saúde alerta para a demanda de avaliação dos serviços de saúde na acessibilidade e atração para a população em situação de rua. A maior busca pelo Hospital Geral do Estado deve-se aos serviços de emergência, enquanto o Hospital Irmã Dulce é reconhecido pelo seu histórico atendimento humanizado voltado para essa população. Apesar de a doença mental ser o principal problema de saúde relatado apenas 1,8% procurou ativamente o Hospital Juliano Moreira, referência em saúde mental na Bahia. Destaca-se que 77,7% não relatam nenhum problema de saúde, provavelmente pela baixa procura dos serviços de saúde e falta de diagnósticos.

TABELA 19 – Problemas de saúde relatados pela população em situação de rua

Problemas de Saúde	Nº	%
Nenhum	327	77,7
Doença mental	26	6,2
Problemas cardiovasculares	9	2,1
Tuberculose	8	1,9
Problemas ortopédicos (trauma)	7	1,7
Asma	6	1,4
Problemas gastroentéricos	6	1,4
DST	5	1,2
Anemia	4	1,0
Problemas respiratórios outros	4	1,0
Gripe	3	0,7
Problemas auditivos	3	0,7
Outros	2	0,5
Problemas otorrinolaringológicos	2	0,5
Problemas de visão	2	0,5
Úlcera de perna	2	0,5
Cegueira	1	0,2
Diabetes	1	0,2
Epilepsia	1	0,2
Hepatite c	1	0,2
Reumatismo	1	0,2
Total	421	100,0

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

No quesito referente ao uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, o percentual do uso das ilícitas foi maior do que as lícitas. O fato de 53,2% não responderem a pergunta quanto ao uso, pode ser decorrente de uma falta de confiança dos entrevistados para tratar deste assunto que possui forte representação social negativa.

O álcool, cigarro e anticonvulsivantes são as principais drogas lícitas utilizadas: 3,6%, 1,2% e 1,0%, respectivamente. Foram encontrados relatos de uso dessas substâncias em conjunto ou associadas com substâncias ilícitas. A maconha é a droga mais utilizada entre as lícitas e ilícitas (10,5%). O crack tão associado a população em situação de rua é utilizado por 6,5%, sendo consumida em associação com a maconha por 9,3%.

Como mais da metade da amostra de 421 sujeitos se recusaram a responder sobre o uso de SPA's, nós não possuímos dados para traçar um perfil fidedigno do uso dessas substâncias na população em situação de rua. Independente dessa falta de dados, podemos afirmar que políticas repressivas ou intervenções pautadas na abstinência total não são eficazes e não garantem o bem-estar biopsicossocial de quem faz uso de drogas lícitas ou ilícitas, especialmente para aqueles que encontram na(s) substância(s) uma forma de lidar com uma realidade marcada pela violência, estigmas e rompimento dos vínculos societários. Sobre o uso de SPA's em Salvador, com base nos dados obtidos na Pesquisa sobre PSR, podemos verificar a tabela 20 (abaixo):

TABELA 20 – Uso de substâncias psicoativas pela população em situação de rua

Substâncias	Nº	%
Alcool	15	3,6
Analgésico	2	0,5
Anticonvulsivantes	4	1,0
Cigarro	5	1,2
Cola de sapateiro	1	0,2
Crack	28	6,7
Drogas diversas	2	0,5
Maconha	44	10,5
N.R.	6	1,4
Alcool, analgésicos	1	0,2
Alcool, crack	1	0,2
Alcool, drogas	1	0,2
Alcool, maconha	2	0,5
Alcool, cigarro	1	0,2
Alcool, diazepam	1	0,2
Cola, maconha	1	0,2
Crack, cocaína	4	1,0
Crack, café	1	0,2
Crack, cocaína	2	0,5
Crack, cola	2	0,5
Crack, maconha	6	1,4
Maconha, cigarro	1	0,2
Maconha, cocaína	7	1,7
Maconha, crack	39	9,3
Maconha, pitilho	2	0,5
Crack, álcool, maconha	2	0,5
Crack, cocaína, cola de sapateiro	1	0,2
Crack, cocaína, maconha	4	1,0
Crack, maconha, pico	1	0,2
Crack, maconha, outros	1	0,2
Maconha, crack e cocaína	1	0,2
Maconha, droga, quase tudo	1	0,2
Maconha, cocaína, crack	1	0,2
Maconha, crack, cola	1	0,2
Alcool, crack, cocaína, maconha	1	0,2
Cola, crack, cocaína, maconha	1	0,2
Crack, maconha, álcool, cocaína	1	0,2
Maconha, crack, pitilho, cola	1	0,2
Maconha, crack, cocaína, cola de sapateiro, álcool	1	0,2
Não respondeu	224	53,2
Total	421	100

Fonte: Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

Concluimos este capítulo ressaltando a complexidade do fenômeno população em situação de rua e suas especificidades nas diferentes localidades. Para realizarmos uma transformação da realidade social do Brasil na busca de extinguir a desigualdade e retirar as pessoas em situação de rua da vulnerabilidade social em que se encontram, é imprescindível o empenho dos diversos setores da sociedade para demandar, desenvolver e implementar políticas públicas que resgatem a dignidade e a cidadania desses sujeitos que,

somente, encontram na rua um espaço de sobrevivência. Essas mudanças sociais não são fáceis ou imediatas, mas são possíveis ao almejarmos um Estado que atenda as necessidades dos seus cidadãos, que defenda políticas universais e não endossa a alienação e dependência dos seus cidadãos ao mercado, gerando um crescente contingente de pessoas vítimas do sistema capitalista.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O que é o *WelfareState*? Quais os motivos para seu surgimento? O que levou a sua expansão? Todas essas questões são fundamentais para compreensão do que é e foi o *WelfareState*, entretanto não há um consenso nas repostas para estas questões. Para muitos, podemos definir o Estado de Bem-Estar Social como “a institucionalização dos direitos sociais” (FARIA, 1998, p.39) de forma a garantir um nível mínimo de participação do indivíduo na riqueza coletiva ou como investimento do PIB em gasto social.

Como dito anteriormente, embasado em Esping-Andersen, explicar o Estado de Bem-Estar com foco nos gastos pode gerar muitos enganos. “Além disso, a abordagem quantitativa linear (mais ou menos poder, democracia ou despesas) contradiz a noção sociológica de que o poder, a democracia ou o bem-estar social são fenômenos relacionais e estruturais” (Esping-Andersen, 1991, p.99). Seguindo essa linha de raciocínio, concordo com Zimmermann e Alves (2009, p.228) que afirmam:

[...] o Estado de Bem-Estar social pode ser caracterizado pela mobilização do aparelho do Estado, em uma sociedade capitalista, com o objetivo de realizar um conjunto de medidas destinadas a promover o bem-estar de sua população, reduzindo a pobreza e as desigualdades sociais. Vale notar que o Estado de Bem-Estar Social não se resume apenas a políticas de geração de emprego, mas a um conjunto de medidas destinadas a promover o bem-estar de sua população.

Com o objetivo de resumir as principais definições apresentadas por grandes estudiosos sobre o *WelfareState*, Benevides (2011) elenca as principais características encontradas nas diferentes definições, são elas:

- 1- Referência à ação estatal na organização e implementação das políticas de provisão de bem-estar, reduzindo os riscos sociais aos quais os indivíduos estão expostos;
- 2- Relação Estado e mercado, nesta o Estado pode atuar para reduzir os resultados socialmente adversos do mercado;
- 3- Noção de substituição da renda;

4- Busca da garantia de uma renda mínima até para os indivíduos que estão fora do mercado.

No que tange o debate sobre o surgimento do *WelfareState*, há um amplo e rico debate sobre o tema na literatura acadêmica. Muitas das perspectivas teóricas sobre o tema concordam que o Estado de Bem-Estar Social é um mecanismo forjado pela classe capitalista com o intuito de manutenção do *status quo* e manipulação da classe trabalhadora, entendida como um agente passivo, integrando-a ao processo de trabalho e garantindo a reprodução da ordem capitalista (GOMES, 2006).

Na direção oposta dessas correntes que acreditam ser o Estado de Bem-Estar e à ampliação de direitos (sociais, políticos, econômicos) uma reforma outorgada pelos interesses capitalistas, muitos autores defendem que estas reformas foram conquistadas pela luta da classe trabalhadora. Um dado que corrobora com essa concepção é o aumento do investimento em gastos sociais por parte dos países capitalistas antes das rebeliões sociais nos anos sessenta. Dessa forma, refuta-se afirmações sobre a consolidação do *WelfareState* como um meio de controle para controlar as massas, evitando que se insurgissem (NAVARRO, 1993).

Neste trabalho, adotamos a posição de que o processo de engendramento e desenvolvimento do *WelfareState* resulta da luta de classes, sendo a classe trabalhadora um agente ativo nestas reformas, não uma massa manobrável e cooptada pelos interesses da classe capitalista: “[...] as reformas e mudanças institucionais rumo à criação do Estado de bem-estar resultaram do intenso confronto entre classes sociais, com grande destaque para as lutas da classe operária” (GOMES, 2006, p.214). Contudo, é inegável que o Estado de Bem-Estar não se consolidou como plenamente almejado pelas classes sociais, sendo visíveis os efeitos da influência da classe capitalista, especialmente em países liberais, como os EUA.

2.1. DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Como dito anteriormente, nós utilizaremos o modelo classificatório do Estado de Bem-Estar proposto pelo sociólogo sueco Gosta Esping-Andersen. Contudo, é importante analisarmos o modelo de Richard M. Titmuss, autor de grande influência para Esping-Andersen, por haver desenvolvido uma teoria de grande relevância para pensarmos as políticas sociais e o *WelfareState*.

Para Titmuss o desenvolvimento do *WelfareState* é fruto do processo de industrialização na sociedade. Este processo impacta negativamente nas formas de relações sociais gerando individualismo, fragiliza as formas tradicionais de proteção social (família, solidariedade e etc.) e aliena o trabalhador, tornando-o mais dependente do mercado. Nesse contexto de desestruturação das instituições de proteção social e aumento das necessidades sociais provocadas pela industrialização (desemprego, acidente de trabalho, subemprego e aposentadoria), o Estado assume o papel de institucionalizar os serviços sociais, o que justificaria o crescente desenvolvimento das políticas sociais nos países industrializados (VAZQUEZ, 2007).

A tipologia de *WelfareState* proposta por Titmuss possui dois modelos: residual e institucional. No residual, o Estado atua na proteção social, por tempo limitado, apenas quando a família ou o mercado não conseguem suprir as necessidades do grupo social. O modelo institucional é de acesso universal e não delimitado a segmentos sociais marginalizados, personificando um compromisso institucional com o bem-estar social (ESPING-ANDERSEN, 1991).

De acordo com o papel do Estado em promover maior nível de desmercantilização e sua capacidade em garantir acesso universal aos serviços sociais, podemos categorizar o *Welfare* residual e institucional em três tipos: residual, meritocrático-particularista e institucional-redistributivo. No quadro 1, abaixo, são citadas as principais características de cada *Welfare*.

Quadro.1 – Tipologia *WelfareState* segundo Titmuss

RESIDUAL	MERITOCRÁTICO-PARTICULARISTA	INSTITUCIONAL-REDISTRIBUTIVO
<p>Comprovação de pobreza/ testes de meio; Política seletiva;</p> <p>Estado atua quando família e mercado são insuficientes</p>	<p>Proteção Social diferenciada e vinculada a contribuição prévia;</p> <p>Direitos sociais fornecidos pelo Estado com base no status ocupacional.</p>	<p>Acesso universal;</p> <p>Estado garante proteção social a todos os cidadãos;</p> <p>Garantia de direitos idênticos;</p>

Fonte: VAZQUEZ (2007). Elaboração do autor

A importância dos modelos de *WelfareState* estabelecido por Titmuss, brevemente aqui apresentados, sua contribuição para o campo das ciências sociais e para as pesquisas comparativas sobre o *WelfareState* são ressaltados por Esping-Anderen (1991, p. 100):

A abordagem de Titmuss fecundou uma variedade de novas perspectivas na pesquisa comparativa do *welfarestate*: (Myles, 1984a; Korpi, 1980; Esping-Andersen e Korpi, 1984; 1986; Esping-Andersen, 1985b; 1987b). É uma abordagem que força os pesquisadores a saírem da caixa preta dos gastos para o conteúdo dos *welfarestate*: programas direcionados versus programas universalistas, as condições de elegibilidade, o tipo de benefícios e serviços e, talvez o mais importante, em que medida o nível de emprego e a vida profissional fazem parte da ampliação dos direitos do cidadão. A mudança para tipologias do *welfarestate* torna difícil a defesa de simples classificações lineares do *welfarestate*. Conceitualmente, estamos comparando tipos de Estados radicalmente diferentes.

Os estudos de Esping-Andersen sobre o *WelfareState* foram realizados com base na comparação dos padrões de proteção social em dezoito países capitalistas, analisando as contingências de emergências do *Welfare* e categorizando os países em três diferentes modelos de acordo com três

critérios: o grau de desmercantilização da política social; sistema de estratificação; e pelas diversas formas de relação entre Estado, mercado e família (NOGUEIRA, 2001). Tratem-se desses critérios antes de abordarmos a tipologia proposta por Esping-Andersen.

A desmercantilização geralmente é definida como o grau de autonomia/independência dos indivíduos em relação ao mercado, garantindo um nível de vida aceitável e digno, ou seja, refere-se ao “grau em que indivíduos podem manter um nível de vida tolerável, independentemente da obrigação de participarem no mercado de trabalho” (ZIMMERMANN e SILVA, 2009, p.346). Além da independência do mercado, Esping-Andersen (1991) defende que a desmercantilização é alcançada quando a prestação de serviços é compreendida como uma questão de direitos, não havendo discriminação dos que usufruem tal direito. Para este autor, esse tema gera inquietações e controvérsias no desenvolvimento do *WelfareState* pelos efeitos que provoca na luta de classes, especialmente pela desmercantilização ser uma prioridade para os trabalhadores.

Quando eles [trabalhadores] dependem inteiramente do mercado, é difícil mobilizá-los para uma ação de solidariedade. Como recursos dos trabalhadores espelham desigualdades do mercado, surgem divisões entre os que estão dentro e os que estão fora deste, dificultando a constituição de movimentos reivindicatorios. A desmercadorização fortalece o trabalhador e enfraquece a autoridade absoluta do empregador. É exatamente por esta razão que os empregadores sempre se opuseram à desmercadorização (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.102).

Para Esping-Andersen o “*welfarestate* não é apenas um mecanismo que intervém - e talvez corrija - a estrutura de desigualdade; é, em si mesmo, um sistema de estratificação. É uma força ativa no ordenamento das relações sociais” (1991, p.104). Pautado em critérios comparativos e históricos, o autor distinguiu três formas de estratificação do *WelfareState*: 1- sistema de estratificação com predomínio do modelo alemão estabelecido por Bismarck. Este almejava dois objetivos simultâneos: consolidar, por meio de programas distintos para grupos diferentes em termos de classe e *status*, as divisões entre os assalariados e promover uma vinculação das lealdades do indivíduo à

monarquia ou à autoridade central do Estado; 2- sistema marcado pelas políticas focalizadas que estigmatizam seus usuários, como ocorre nos EUA.

Esse estigma é favorecido pelo dualismo entre os beneficiários dos serviços sociais públicos e os que garantem proteção social pela sua inclusão no mercado; 3- sistema universalista que promove a igualdade de status para todos os cidadãos, os quais possuem os mesmos direitos independente da sua relação com o mercado ou classe. Esse sistema funciona pela adesão da classe média e pela oferta de serviços de qualidade pelo Estado, evitando o dualismo presente no estado de assistência social como vivenciamos no Brasil (VAZQUEZ, 2007).

Esping-Andersen defende que não podemos restringir a compreensão do *WelfareState* aos direitos e garantias, nem as variações de estratificação, pois precisamos levar em consideração a forma que o mercado e a família se entrelaçam com as atividades estatais em termos de provisão social. A articulação de programas de *Welfare* instituições como o Estado, família e mercado geraria a produção de bem-estar, protegendo os indivíduos dos diversos riscos sociais (BENEVIDES, 2011).

2.1.1. Os três regimes de *WelfareState*

O *WelfareState* liberal caracteriza-se pela ação estatal *ex-post*, ou seja, ocorre quando as formas tradicionais de proteção social (família, esforço individual, solidariedade e mercado) não conseguem garantir o mínimo das necessidades dos indivíduos. Em virtude de o Estado encorajar o mercado como principal mecanismo de satisfação das necessidades sociais, as ações estatais são fragmentadas, temporárias e pontuais.

Nesse contexto de baixa desmercantilização e estratificação social direcionada aos interesses do mercado, observa-se um atroz mecanismo de culpabilização das vítimas, pois são considerados “incompetentes” em ingressar no mercado. Para garantir os modestos benefícios ofertados pela proteção social do Estado, é necessário comprovação da pobreza através de condicionalidades, apontando para políticas sociais não-universais e um culto

ao trabalho, visto que há o receio dos benefícios sociais provocarem um desincentivo ao trabalho (NOGUEIRA, 2001).

A consequência é que esse tipo de regime minimiza os efeitos da desmercadorização, contém efetivamente o domínio dos direitos sociais e edifica uma ordem de estratificação que é uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado, serviços diferenciados pelo mercado entre as maiorias e um dualismo político de classe entre ambas as camadas sociais. Os exemplos arquetípicos deste modelo são os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.108).

O modelo de *WelfareState* conservador é o que possui maior heterogeneidade entre os diversos países nele agrupado, este é preponderante na Europa continental (Alemanha, Áustria, França, Bélgica e Holanda) em virtude da tradição corporativista. Uma das principais características do *Welfare* conservador é a manutenção das diferenças de status, logo os direitos estão vinculados às classes. O efeito desta preservação da diferença de status ocupacional é observado no sistema previdenciário, o qual apesar de ser amplo não é universal, promovendo um quadro de benefícios restritos aos que contribuem e proporcionais a contribuição. Assim, nota-se uma limitada desmercantilização (a família é a principal provedora de bem-estar) e a exclusão da proteção social dos segmentos sociais mais vulneráveis e fora do mercado formal (BENEVIDES, 2011).

Nestes "corporativistas", a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante e, por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controversa. O que predominava era a preservação das diferenças de *status*; os direitos, portanto, estavam ligados à classe e ao *status*. Este corporativismo estava por baixo de um edifício estatal inteiramente pronto a substituir o mercado enquanto provedor de benefícios sociais; por isso a previdência privada e os benefícios ocupacionais extras desempenham realmente um papel secundário. De outra parte, a ênfase estatal na manutenção das diferenças de *status* significa que seu impacto em termos de redistribuição é desprezível (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.108-9).

O terceiro modelo de *Welfare* proposto por Esping-Andersen é o social-democrata. Essa denominação é decorrente do papel da social-democracia

como força dominante por trás da reforma social. Os países escandinavos, onde há o predomínio deste modelo, são marcados por uma atuação estatal *ex-ante*, não esperando para atuar apenas quando a família não consegue exercer o papel de provedora do bem-estar e reconhecendo que o mercado é insuficiente para garantir proteção social aos cidadãos. O Estado promove políticas de proteção social inclusivas, universalistas e os serviços são de qualidade, não havendo uma segregação entre classe trabalhadora e a classe média (NOGUEIRA, 2001).

Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os social-democratas buscaram um *welfarestate* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava, em primeiro lugar, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo-se aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.109).

No modelo social-democrata, encontramos o maior nível de desmercantilização em comparação com os demais modelos de *WelfareState*. A política social empreendida neste *Welfare* não almeja somente emancipar o cidadão do mercado, mas capacitar à independência individual. Outra característica relevante é o papel primordial do pleno emprego na garantia do bem-estar e no funcionamento do sistema. Disto decorre uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, o que é favorecido pelo progressivo investimento em serviços de cuidados, entre os quais estão as creches (BENEVIDES, 2011).

2.2. ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL

A partir da caracterização e apresentação de algumas das principais linhas de pesquisa e interpretação sobre o Estado de bem-estar, podemos adentrar na polêmica discussão sobre a existência de um *WelfareState* no

Brasil. Iniciamos nossa reflexão com uma historização sobre a constituição de um sistema de proteção social no Brasil.

Foi a partir de 1930 que o Brasil começou a implementar políticas sociais de caráter emergenciais e menos fragmentadas. Contudo, estas, influenciadas pelo autoritarismo do Estado e expansão da urbanização/industrialização do país, estavam voltadas para os indivíduos pertencentes ao mercado de trabalho e visavam aos interesses de grupos detentores do poder econômico e o controle dos movimentos populares, reduzindo sua articulação e poder de pressão para mobilizações sociais (TEIXEIRA, 2007).

Em 1964 consolida-se, segundo alguns autores, o sistema de “*Welfare*” no Brasil. Este é caracterizado pelo regime autoritário e tecnocrático instalado no país, com ampliação dos direitos sociais, aumento das desigualdades e retração da renda do trabalho. Chama atenção que o desenvolvimento do EBESB em alguns aspectos e o “milagre econômico”, não resultaram em uma maior desmercantilização e garantias de condições dignas de vida para os cidadãos.

Esse paradoxo é efeito das regras de inclusão/exclusão, ou seja, não são políticas universais e, sim, seletivas. Naquele período o *WelfareState* brasileiro era caracterizado pela forte centralização financeira, autoritarismo, privatização, baixo nível de liberdade e uso clientelístico das políticas sociais, dificultando a consecução dos seus objetivos (BENEVIDES, 2011). Como afirma Dario (1993, p.21): “a expansão massiva que se verifica a partir de meados dos anos 70 far-se-á sob este padrão organizado desde 64 e que, já no final dos anos 70 apresenta indícios de esgotamento e crise (nos seus aspectos organizacionais, financeiros e sociais)”.

Com os indícios de esgotamento e crise, como citado acima, ocorreram diversas reformas na década de 1980. Reformas que se “caracterizam pela crítica à centralização institucional e financeira do sistema” (MEDEIROS, 2001, p.17). Em 1988 é promulgada a nova Constituição federal denominada “Constituição cidadã”, em virtude dos direitos sociais (atrelada à condição de cidadania) como dever do Estado. Contudo, as políticas públicas refletiam (e

ainda refletem) o conflito entre os interesses dos grupos sociais e dos grupos privados detentores do capital.

Com a nova Carta Magna brasileira observa-se a redução da rigidez dos critérios de seleção, da relação contributiva e a “ampliação do sistema de proteção social e instituição de princípios de universalização, ancorada na noção de direito social, acompanhado de um esforço governamental, principalmente nos últimos anos, em ampliar o atendimento nas três dimensões da seguridade social” (BENEVIDES, 2011, p. 65). Podemos vislumbrar as mudanças iniciadas nesta década da seguinte forma:

visão da assistência social como direito social, universalização do acesso e gratuidade dos serviços estatais. A nova fase das políticas sociais brasileiras seria marcada pela focalização baseada em critérios mais amplos que o da renda individual, o reforço da seletividade e da focalização sem perda do universalismo (com distribuição de benefícios na proporção inversa das carências), redução do estatismo com preservação do caráter público e gratuito dos serviços mediante parcerias com movimentos sociais e o setor privado e a maior aceitação e apoio no meio político a programas de transferência monetária direta (MEDEIROS, 2001, p.18-9).

Um ponto de extrema relevância para pensarmos na consolidação de um Estado de Bem-Estar perpassa a noção de cidadania social universal e igualitária. Como já foi discutido, a cidadania brasileira é marcada pela desigualdade e exclusão social, gerando uma grande massa de “não-cidadãos” que encontram-se à margem do acesso aos benefícios sociais, como no caso da população em situação de rua (SCOREL, 1993). Todavia, com a promulgação da Constituição em 1988, o Brasil avançou politicamente na constituição de um sistema proteção social universal e igualitário. Infelizmente os avanços políticos não resultaram em transformação da realidade social.

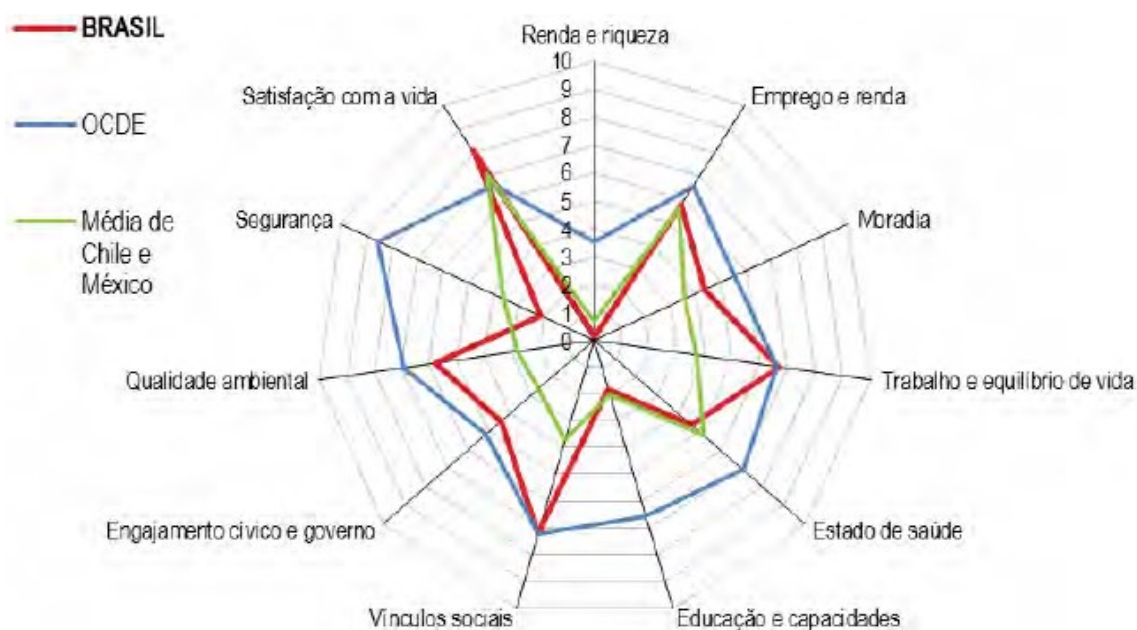
É inegável que a cidadania fragmentada é um forte indício contra à existência de um Estado de Bem-Estar Social brasileiro, apesar dos avanços sociais provocados pela recente “Constituição cidadã” e sua capacidade de ampliar o sistema de proteção social (saúde, educação, emprego e transferência de renda) para grande parcela da população anteriormente excluída. Diante da complexidade da questão e na busca de avançarmos na

análise sobre a existência de um EBESB, é importante que façamos uma análise dos dados brasileiros referentes aos principais indicadores utilizados na avaliação dos diferentes modelos de *WelfareState*.

2.3. INDICADORES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado em 2015, o Brasil segue em processo de avanço das suas políticas sociais e do seu sistema de proteção social. Como podemos ver na Figura 1, abaixo, o país encontra-se num patamar inferior a média da OCDE em áreas como educação, saúde, segurança e emprego. Analisaremos a situação do Estado brasileiro em algumas destas áreas para discutirmos a existência de um EBESB.

FIGURA 1 - Índice de Vida Melhor



FONTE: OCDE (2015)

2.3.1. Educação

A educação é uma das principais prioridades do Estado de Bem-estar Social em virtude de sua capacidade de promover progresso econômico e social, resultando em melhores condições de vida para os cidadãos e uma sociedade menos desigual. Por essas razões a Constituição Federal do Brasil estabelece a educação como dever do Estado, o qual deve garantir: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, inclusive aos que não tiveram acesso na idade adequada; universalização do ensino médio; atendimento educacional adequado aos portadores de deficiências; atendimento ao educando por meio de transporte, alimentação, assistência à saúde e programas suplementares de material didático escolar; e, valorização dos profissionais de educação (BRASIL, 1988).

Presenciamos na última década no Brasil, um progressivo avanço na área educacional. Houve ampliação do acesso aos diversos níveis educacionais, resultando na universalização do acesso ao ensino fundamental. Outro avanço é ilustrado na taxa de analfabetismo que, segundo o IBGE (2014), reduziu em 4,3 pontos percentuais, com índice de 1,8 entre as pessoas de 10 a 14 de idade. Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado em 2015, o Brasil é o terceiro país, atrás de México e Nova Zelândia, que mais investiu proporcionalmente em educação. O relatório aponta que o Estado brasileiro investiu em educação cerca de 17% do investimento público, além de praticamente dobrar o valor investido do PIB na educação básica, o qual foi de 2,4% em 2000 e 4,7% no ano de 2012.

TABELA 21 - Principais indicadores da educação brasileira

Tabela	Indicador	Brasil	Média OCDE
Acesso à Educação e Resultados			
Taxas de Matrículas		2013	2013
C2.1	3 anos (na educação infantil)	53%	74%
Mais alto nível de escolaridade alcançado - 25 a 64 anos		2014	2014
A1.4a	Inferior ao ensino médio	54%	24%
	Ensino médio	33%	43%
	Educação Superior	14%	34%
Mais alto nível de escolaridade alcançado - 25 a 64 anos (desagregação por nível superior)		2014	2014
A1.1a	Curso sequencial de formação específica	**	8%
	Graduação ou equivalente	14%	16%
	Mestrado ou equivalente	**	11%
	Doutorado ou equivalente	**	1%
Taxas de entrada e de conclusão		2013	2013
C3.1	Percentual de jovens de hoje que se espera ingressar na educação superior pelo menos uma vez ao longo da vida	**	67%
A3.1	Percentual de jovens de hoje que se espera concluir a graduação ou curso equivalente ao longo da vida	**	36%
Resultados Econômicos e do Mercado de Trabalho			
Taxa de desemprego - 25 a 64 anos		2014	2014
A5.4a	Inferior a ensino médio	4.5%	12.8%
	Ensino médio	5.6%	7.7%
	Educação Superior	2.9%	5.1%
Rendimento médio da população de 25 a 64 anos com educação superior concluída (ensino médio = 100)		2013	2013
A6.1a	Curso sequencial de formação específica	**	125
	Graduação ou equivalente	241	157
	Mestrado, doutorado ou equivalente	450	214
	Toda educação superior	252	160
Percentual de jovens e adultos de 15 a 29 anos que nem estudam nem trabalham (NEM-NEM)		2014	2014
C5.2b	Homem	12.7%	13.2%
	Mulher	27.9%	17.9%
Investimento Financeiro em Educação			
Gasto anual por aluno (valores em USD usando o PPP)		2012	2012
B1.1a	Anos iniciais do ensino fundamental	3095 USD	8247 USD
	Anos finais do ensino fundamental e ensino médio	3020 USD	9518 USD
	Educação Superior (including R&D activities)	10455 USD	15028 USD
Gasto total em instituições educacionais (do ensino fundamental ao doutorado)		2012	2012
B2.2	Como percentual do PIB	5.6%	5.2%
Gasto total em educação do ensino fundamental ao doutorado		2012	2012
B4.2	Como percentual do gasto público total	17.2%	11.6%
Escolas e Professores			
Razão aluno por professor		2013	2013
D2.2	Anos iniciais do ensino fundamental	21 students per teacher	15 students per teacher
	Anos finais do ensino fundamental e ensino médio	17 students per teacher	13 students per teacher
Média de salário real dos professores		2013	2013
D3.4	Professores da pré-escola	**	37798 USD
	Professores dos anos iniciais do ensino fundamental	**	41248 USD
	Professores dos anos finais do ensino fundamental	**	43626 USD
	Professores do ensino médio	**	47702 USD

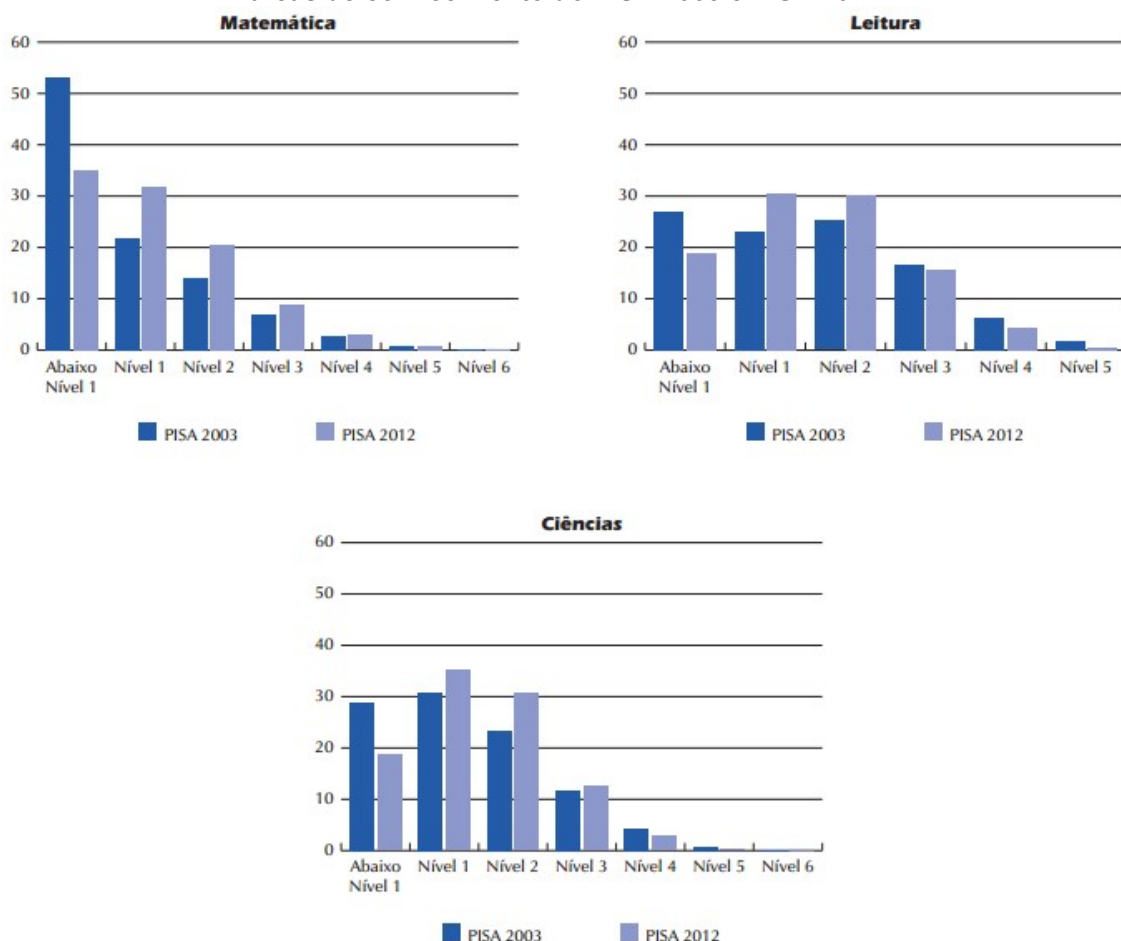
Fonte: OCDE, 2015.

Apesar dos inegáveis avanços do Brasil na educação, o país encontra-se aquém do esperado em diversos quesitos importantes, principalmente no que tange à qualidade do ensino. A baixa qualidade da educação brasileira é evidenciada pela alta taxa de desistência e baixos resultados no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) com a colocação de 58^a entre 65 países.

Um fator preocupante apontado pela OCDE é o baixo gasto com alunos na faixa etária entre 6 e 15 anos (26,7 mil dólares), representando quase

metade do investimento estipulado (50 mil dólares). Outro dado que corrobora a baixa qualidade do ensino brasileiro, é o alto índice de repetência registrado no país. Apesar de uma redução ao longo das últimas avaliações do PISA, este índice um dos maiores entre os países avaliados: 37,4%.

FIGURA 2- Distribuição dos estudantes brasileiros por níveis de proeficiência nas três áreas de conhecimento do PISA 2003 e PISA 2012



Fonte: OCDE, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), 2012.

Uma possível solução para os péssimos resultados do Brasil no PISA, seria aumentar o investimento e qualidade da educação pré-escolar. Segundo a OCDE (2012), o ensino pré-escolar é responsável por melhorar as competências do educando, inclusive na capacidade de leitura. O Brasil possui apenas 37% das suas crianças com até 3 anos matriculados em programas de ensino pré-escolar, enquanto o percentual médio na OCDE é de 70%.

Na busca de sanar os problemas aqui citados, devemos remodelar (estruturalmente e ideologicamente) o sistema educacional brasileiro para garantir uma escolaridade universal de tempo integral e políticas de valorização e capacitação dos profissionais de educação. Este é o caminho para concretização dos objetivos traçados pela nossa legislação e para redução das desigualdades sociais ao fortalecer nosso sistema de proteção social.

2.3.2. Saúde

A Carta Magna brasileira no caput do art. 196 estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Assim, a Constituição Brasileira representa um marco histórico e político ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS), institucionalizado pela lei 8080 de 1990, que possui como alguns de seus princípios: universalidade, equidade, integralidade, descentralização político-administrativa e regionalização.

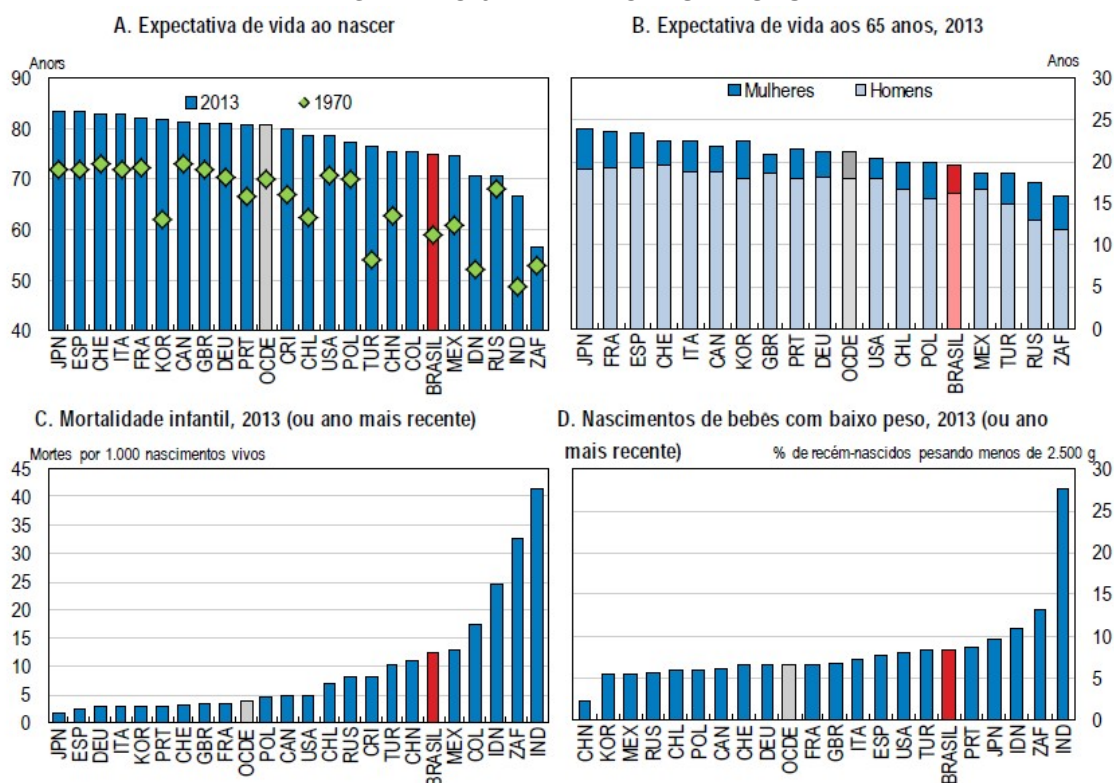
A criação do Sistema Único de Saúde foi o maior movimento de inclusão social já visto na História do Brasil e representou, em termos constitucionais, uma afirmação política de compromisso do Estado brasileiro para com os direitos dos seus cidadãos (Brasil, 2007c). [...] Evidenciou-se também que a saúde é a mais importante meta social mundial e que, para a sua realização, faz-se necessária a integração com os diversos setores sociais e econômicos (SOUZA e COSTA, 2010).

O SUS é responsável pela ampliação da prestação de serviços gratuitos nos diferentes níveis (primário, secundário e terciário) da atenção à saúde e pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, o que refletiu no aumento da expectativa de vida, queda na taxa de mortalidade e envelhecimento da população.

O avanço nos indicadores de saúde é favorecido pelas ações do SUS na elaboração de políticas e na execução de ações de saneamento básico. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2013, 93,7% dos domicílios possuem água canalizada, 60,9% dos domicílios

apresentam esgotamento sanitário e o serviço de coleta de lixo direta contempla 89,3% dos domicílios. Os dados apontam a inquestionável evolução e melhoria da atenção à saúde com a criação do SUS, mas ao realizarmos uma comparação com outros países, inclusive da América Latina, fica evidente que há um longo e árduo caminho até atingirmos a plenitude de um sistema de saúde público e universal.

GRÁFICO 3- INDICADORES DE SAÚDE



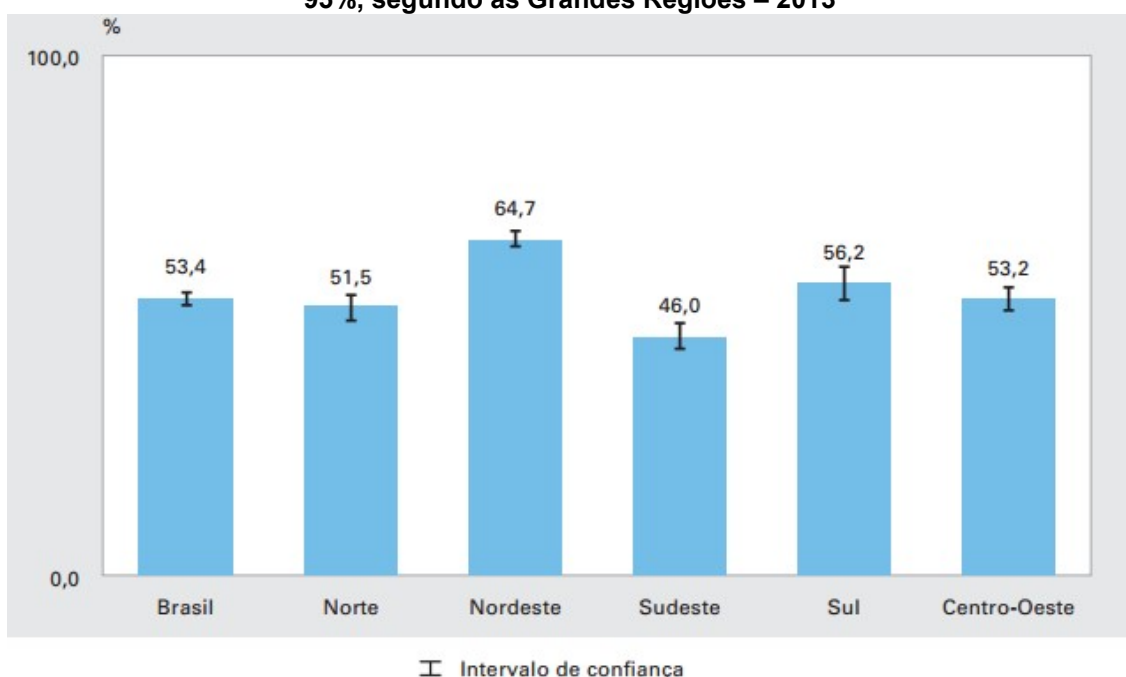
Fonte: OCDE, Estatísticas de saúde 2015.

O sistema de saúde brasileiro apresenta diversas políticas e programas, internacionalmente reconhecidos, que inegavelmente obtiveram êxito na promoção e prevenção da saúde. Podemos citar entre estes, o Programa de Controle de HIV/AIDS, o abrangente Programa Nacional de Imunizações, Sistema Nacional de Transplantes, a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde e o Programa Saúde da Família. Este último, Programa Saúde da Família, é de extrema importância ao

empreender uma reestruturação da atenção básica, porta de entrada do SUS, e pela atuação das equipes na comunidade por meio do vínculo equipe-família.

De acordo com a PNS (2013), 53,4% dos domicílios estavam cadastrados numa Unidade de Saúde da Família. Merece destaque o fato de 47,3% dos domicílios, cadastrados há pelo menos um ano, receberam visita mensal do agente comunitário ou outro membro da Equipe de Saúde da Família. Ao considerarmos a extensão territorial do Brasil, concluímos que esse programa alcança um número significativo de pessoas, caminhando para uma mudança de paradigma na saúde, ao progressivamente superar a lógica hospitalocêntrica e assistencial-curativa.

GRÁFICO 4 - Proporção de domicílios cadastrados em Unidade de Saúde da Família, no total de domicílios particulares permanentes, com indicação do intervalo de confiança de 95%, segundo as Grandes Regiões – 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde.

O SUS como é politicamente concebido, SUS ideal, apresenta-se como uma assistência de saúde universal e gratuita que almeja ofertar serviços de qualidade para todos os cidadãos e garantir o bem-estar da população. Todavia, o que presenciamos na nossa realidade é um sistema de saúde

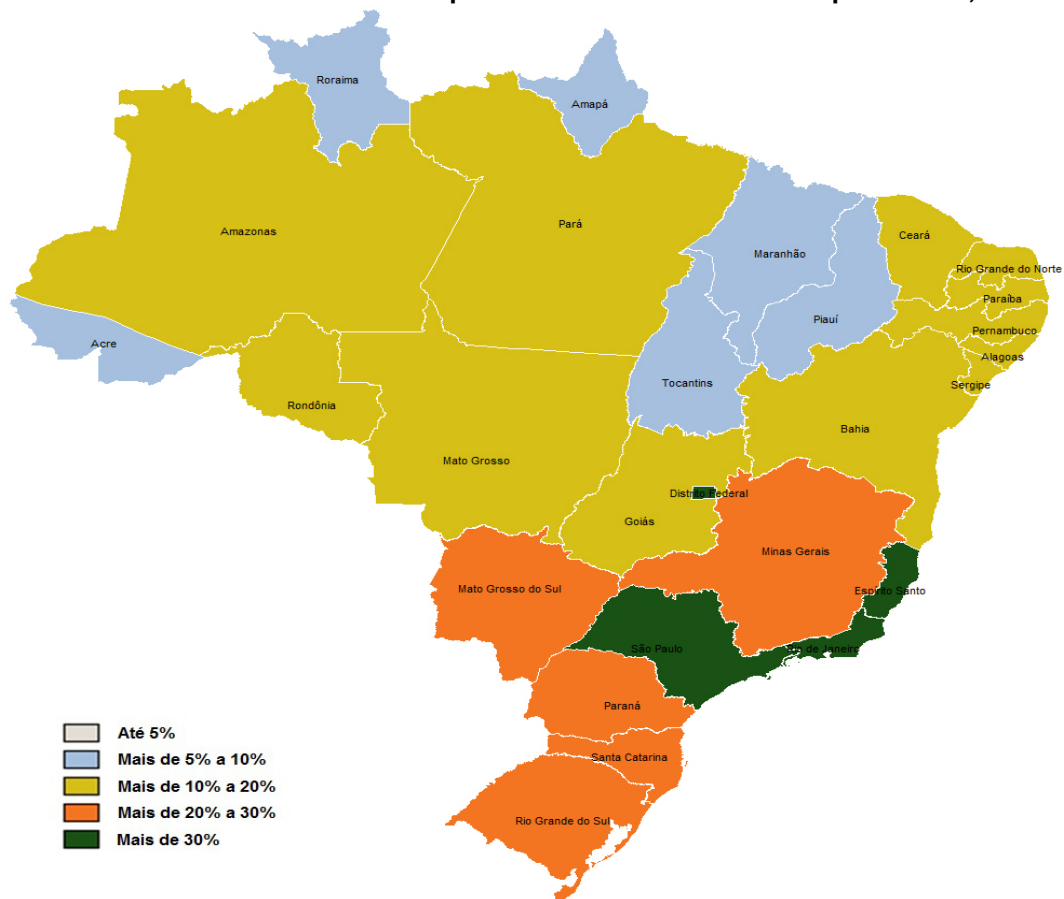
precarizado e com muitas adversidades que impedem o SUS real de alcançar sua plenitude.

São múltiplas as causas que determinam a má saúde do sistema de saúde brasileiro. Primeiramente podemos citar o baixo investimento do Brasil na saúde, o qual representa 9,7% do PIB segundo informações da *World Health Organization*(WHO). Esta cifra é maior do que o gasto em anos anteriores e superior a média da América Latina, mas encontra-se aquém da média mundial, especialmente de países com assistência de saúde universal.

No Brasil, a escandalosa ineficiência dos gastos do Estado e à atuação de gestores sem comprometimento com o desenvolvimento de um *WelfareState* são fatores tão preocupantes quanto o insuficiente investimento na saúde: “a existência de gestores mais preocupados com campanhas políticas eleitorais do que com a saúde dos seus cidadãos leva a falhas graves no sistema e o mais prejudicado com isso é o próprio povo” (SOUZA e COSTA, 2010).

Um dos maiores obstáculos enfrentados pelo Estado brasileiro para concretização da saúde como direito universal aos cidadãos é a preponderância da iniciativa privada na saúde, resultando numa cisão social entre os que podem arcar com o ônus da provisão privada e a população economicamente desprovida, usuária dos serviços prestados pelo poder público. O Brasil é o único país, com saúde pública universal, cuja participação pública nos gastos com saúde é inferior aos investimentos realizados pela iniciativa privada. Também é digno de nota o significativo montante de dinheiro que o Estado perde ao subsidiar o setor privado por meio de renúncias fiscais, as quais não favorecem o SUS, nem seus usuários (BENEVIDES, 2011).

FIGURA 3 - Taxa de cobertura dos planos de assistência médica por estado, 2016.



Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários/ANS/MS - 03/2016.

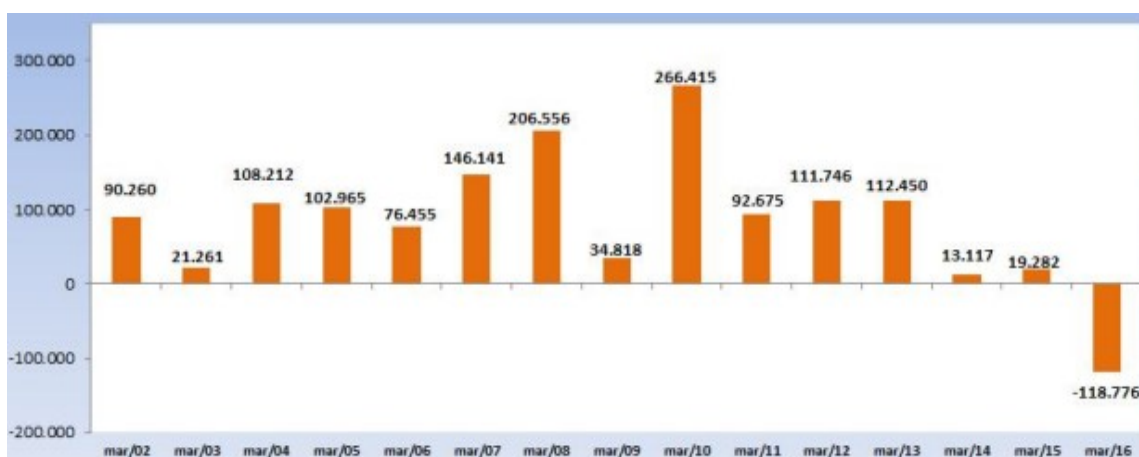
Devemos reconhecer que o Estado brasileiro vem gradativamente superando os diversos entraves para a implantação efetiva do SUS, o qual é relativamente recente. É imprescindível que a partição social seja mais ativa, exigindo uma assistência à saúde verdadeiramente universal que conte com a participação da classe média, favorecendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo SUS e redução das desigualdades sociais.

2.3.3. Mercado de Trabalho

O desenvolvimento do mercado de trabalho é fundamental para expansão do Estado de Bem-Estar ao combater o desemprego e a desigualdade. Atualmente o Brasil encontra-se na contramão deste processo, vivenciando uma grave crise política e recessão econômica que provocaram uma retração do mercado de trabalho.

A preocupante situação do mercado de trabalho brasileiro foi confirmada pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad Contínua), segundo a qual o desemprego foi de 10,2% no primeiro trimestre de 2016, sendo a primeira vez que a taxa atingiu dois dígitos desde o início desta pesquisa. Outra taxa recorde refere-se aos 10,4 milhões de pessoas desocupadas, representando um aumento de 40% em comparação com o mesmo período de 2015. Agravando ainda mais a frágil situação do trabalhador brasileiro, a renda média do trabalhador atingiu o patamar de R\$ 1.900, o que corresponde uma redução de 4%.

Gráfico 5 - Comportamento do emprego formal nos meses março de 2002 a 2016



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED)- 2016

Como podemos observar no gráfico 5, acima, o Brasil encontra-se em redução das oportunidades de emprego com carteira assinada. Saliento que o saldo positivo de carteira de trabalho assinada é característica de uma economia estável e de um Estado em desenvolvimento. Diante da grande recessão econômica vivida no país e o fechamento de vagas com carteira assinada em quase todos os setores da economia, muitos trabalhadores vislumbram o mercado informal como único meio de garantir renda na atual conjuntura do Brasil. Evidentemente, essa parcela da população sem carteira assinada fica à margem dos benefícios associados ao trabalho, acarretando

numa situação dramática de perda de benefícios e de proteção social (FIGUEIREDO *et al.*, 2006).

Gráfico 6 - Estimativa da taxa mensal de informalidade no Brasil em relação ao total de pessoas ocupadas na semana de referência; 2010-2015(%)



Fonte – IBGE/PME

É necessário que o Brasil invista em políticas de promoção de emprego como meio de retirar o mercado de trabalho e a previdência social do caos em que se encontram. Consta-se que há no país uma massiva concentração de recursos e esforços em políticas passivas (seguro-desemprego, abono), as quais são importantes, mas é por meio das políticas focadas na empregabilidade que o Estado conseguirá se desenvolver e garantir a satisfação das necessidades de seus beneficiários. Outra possibilidade para recuperação do mercado de trabalho é expandir o emprego público, como realizado por diversos países desenvolvidos, ajudando no financiamento do próprio Estado e ampliando sua base de funcionários (BENEVIDES, 2011).

2.4. POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva entrou em vigor o decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, o qual instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Um dos principais avanços dessa política é estabelecer uma ampla definição de população em situação de rua, sendo utilizada como referência às demais políticas estaduais e municipais no Brasil:

Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.1).

Os princípios norteadores da Política Nacional foram traçados para promover a reinserção da população em situação de rua e garantir seus direitos como cidadão brasileiro, como segue.

- | |
|--|
| <p>I - respeito à dignidade da pessoa humana;</p> <p>II - direito à convivência familiar e comunitária;</p> <p>III - valorização e respeito à vida e à cidadania;</p> <p>IV - atendimento humanizado e universalizado;</p> <p>V- equidade;</p> <p>VI – igualdade; e</p> <p>VII - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.</p> <p>Foram definidas as seguintes diretrizes para a Política Nacional para a População em Situação de Rua:</p> <p>I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;</p> <p>II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;</p> <p>III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;</p> <p>IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;</p> <p>V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;</p> <p>VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;</p> <p>VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;</p> <p>VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das</p> |
|--|

potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos

Quanto aos objetivos almejados, podemos citar os de maior impacto social como: assegurar o acesso amplo e simplificado aos serviços e programas que integram as políticas públicas; instituir a contagem oficial da PSR; implantar centros de defesa dos direitos humanos; implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação; e, proporcionar o acesso da PSR ao mercado de trabalho através de programas de qualificação profissional.

Os princípios, objetivos e diretrizes que norteiam a Política Nacional para a PSR é claramente um avanço na busca de uma sociedade mais igualitária. Está ao almejar o bem-estar de um amplo segmento social, seja por meio da garantia dos direitos básicos ou resgate da sua cidadania, reflete o esforço do Estado brasileiro ao longo de quase uma década em extirpar a exclusão social e seus nefastos efeitos enraizados na história do país.

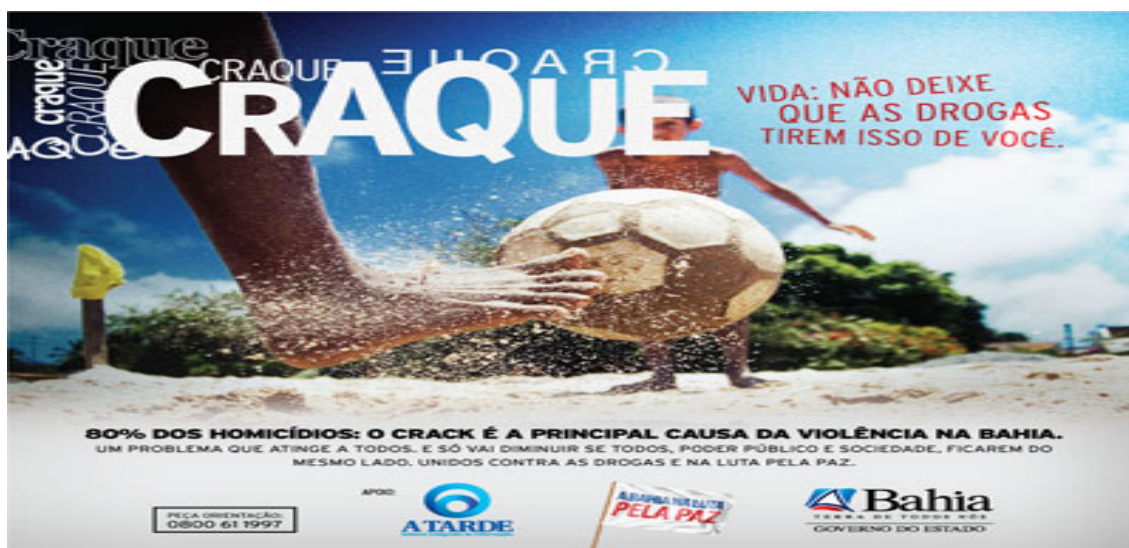
2.5. POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A lei nº 12.947 de 10 de fevereiro de 2014, sancionada pelo governador Jaques Wagner, representa um marco na luta pelos direitos da PSR no estado da Bahia ao instituir a Política Estadual para essa população.

A Política Estadual se apropriou dos objetivos, princípios e diretrizes traçadas pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, não propondo avanços ou mudanças nestes. Dentre os objetivos, destaca-se a proposta de implantar ações educativas para superação de preconceito e discriminação à PSR. Entretanto, no Estado da Bahia, presenciamos

campanhas publicitárias financiadas pelo governo que atuaram na contramão deste objetivo. As propagandas vinculadas pelas cidades baianas reforçaram o preconceito e estigma social negativo sobre segmentos sociais mais vulneráveis ao estabelecer uma relação causal entre o uso de crack, droga socialmente relacionado com a PSR, com a violência urbana.

FIGURA 4 – Campanha Publicitária Contra o Crack no Estado da Bahia.



Fonte: <http://www.portaldapropaganda.com.br/portal/propaganda/16214--crack-e-responsavel-por-80-dos-homicidios-na-bahia-alerta-campanha-publicitaria>

A proposta mais importante da política baiana para a PSR é a decisão de manter o Programa Bahia Acolhe, instituído em 21 de março de 2012 pelo Decreto Estadual nº 13.795, cujo objetivo é apoiar a convergência entre as políticas setoriais do Estado e Município. Todavia, os grupos representantes da população em situação de rua denunciam a falta de investimento e suporte do Estado para manutenção do Bahia Acolhe, resultando em dificuldades na implementação da Política Estadual e um retrocesso nas conquistas dos últimos anos.

2.6. POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO

O decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estabelecendo como marco uma definição deste segmento social que ressalta sua heterogeneidade e a importância da pobreza, fragilidade dos vínculos familiares e falta de moradia apropriada como fatores de formação da PSR. É imprescindível pontuar que esta política serve como referência para as “ações socioassistenciais em prol do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de pessoas em situação de rua nos âmbitos dos estados, municípios e do Distrito Federal” (SALVADOR, 2012).

Em 2012 a prefeitura de Salvador por meio do decreto nº 23.128 de 09 de agosto de 2012 estabeleceu o grupo de trabalho para elaboração da política municipal para inclusão social da população em situação de rua. Este grupo de trabalho foi constituído por representantes de órgãos municipais e de organizações da sociedade civil. No mesmo ano, 2012, o decreto nº 23.568 realizou alterações no decreto nº 19.552 de 12 de maio de 2009, que regulamenta o programa “resgate da cidadania da população em situação de rua” em Salvador. Com as alterações, ficou definido o pagamento por período inicial de seis meses de uma Bolsa Auxílio Moradia, a qual poderá ser renovada semestralmente, mediante avaliação da Coordenadoria de Proteção Social Especial.

Somente em 2013, quatro anos após a política nacional para a população em situação de rua, é instituída a política municipal de Salvador para a população em situação de rua. Está apresentada insignificantes diferenças nos princípios, objetivos e diretrizes em comparação com a Política Nacional para População em Situação de rua e manteve a mesma definição da população em situação de rua traçada pela política nacional.

Os princípios que norteiam a política municipal são: igualdade; equidade; respeito à dignidade da pessoa humana; direito à convivência familiar e comunitária; valorização e respeito à vida e à cidadania; atendimento humanizado e universalizado; e, respeito às condições sociais e diferenças de

origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Como pontuado acima, a Política Nacional para a População em Situação de Rua é a referência para as demais ações voltadas para esse segmento social, contudo as ações e políticas devem ser formuladas e implementadas considerando-se as necessidades locais e embasadas pelos dados produzidos em pesquisas. Infelizmente, encontramos uma realidade oposta à lei ao considerarmos que a última grande pesquisa publicada sobre a PSR em Salvador foi realizada em 2009. Além da desatualização dos dados sobre a população em situação de rua, os serviços implementados não são propostos dando ênfase às necessidades do município de Salvador, como ocorre com as unidades de acolhimento.

As cinco unidades de acolhimento em Salvador encontram-se em diferentes bairros da cidade, mas ofertam poucas vagas e não estão localizadas na região com maior concentração da PSR. O problema do número insuficiente de vagas para atender o terceiro maior contingente de pessoas em situação de rua no Brasil é agravado pela limitada possibilidade dos homens acessarem esses mecanismos, visto que apenas três abrigos aceitam este público-alvo, o qual representa aproximadamente 80% dessa população em Salvador.

As políticas para população em situação de rua representam um marco político e social para reconhecimento desses cidadãos e na busca de reduzir a forte desigualdade e exclusão social em Salvador. As possibilidades de transformação social engendradas pela instituição da política são limitadas pelo baixo investimento em ações de garantia do bem-estar da PSR, pela precarização dos serviços especializados para atendimento dessa população e por campanhas publicitárias, do governo do Estado da Bahia, vinculadas na cidade reforçando o estigma social negativo ao estabelecer uma relação causal entre o uso de crack, droga socialmente relacionado com a PSR, com a violência urbana.

3. VOZES DAS RUAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo analisar as narrativas dos entrevistados sobre sua vivência nas ruas, e sobre seu conhecimento a respeito das políticas públicas que buscam atender a este segmento da população. Os resultados aqui apresentados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas na Cidade Baixa. A escolha dessa região foi realizada com base nos dados apresentados pela Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba, a qual identificou está como a região de maior concentração da população em situação de rua da região metropolitana de Salvador.

As entrevistas foram realizadas geralmente pela noite, pois os entrevistados dormiam ou trabalhavam pela manhã e tarde. Foram entrevistadas oito pessoas em situação de rua, sendo cinco entrevistas realizadas por intermédio de uma pessoa em situação de rua que mora na região e as outras três foram abordados através de um membro do Projeto Ponto de Cidadania. A amostra é constituída de sete homens e uma mulher com idade entre 23 e 56 anos, ou seja, em plena idade produtiva. A Tabela 22 apresenta informações sobre principais características da amostra.

TABELA 22 – Principais dados da amostra

Nome	Idade	Cidade De Origem	Tempo na rua	Escolaridade	Ocupação	Principal Motivo de ir a Rua
A.	32	Salvador	6 meses	6º série	Ladrão	Drogas
R.	23	Salvador	13 anos	3º série	Catador	Conflito Familiar
C.	40	Salvador	2 anos	4º série	Guardador de carro	Conflito Familiar
L.	34	Valença-BA	3 anos	1º ano do ensino médio	Lavador de carro	Drogas
S.C.	56	Nazaré das Farinhas-BA	46 anos	Nunca frequentou escola	Guardador de carro	Conflito Familiar
W.	37	Salvador	22 anos	2º série	Guardador de carro e vendedor	Drogas
F.	30	Salvador	22 anos	3º série	Carregador	Conflito Familiar
E.	36	Salvador	3 anos	Nunca frequentou escola	“Biscate” e pedinte	Conflito Familiar

Fonte: Pesquisa realizada em Salvador, BA, 2015 (próprio autor).

O nível de escolaridade máximo encontrado foi primeiro ano do ensino médio, sendo que dois indivíduos nunca frequentaram a escola: “*Quem me ensinou a ler, a escrever e a contar foi aqui. As putas quando faziam vida, quando esses bregas funcionavam*” (S.C., 56 anos); “*Frequento (escola) aqui, essa senhora [...] ela é professora que tá ensinando a gente aqui o alfabeto, aqui na praça mesmo*” (E, 36 anos). Contudo, todos são alfabetizados e declaram saber ler e escrever.

Com base nos dados fornecidos pelos entrevistados, podemos afirmar que seis destes nasceram no município do Salvador, enquanto o restante é proveniente de outras cidades do estado da Bahia. A busca por Salvador ocorreu principalmente pela busca de emprego ou fuga de conflitos familiares. O tempo de permanência em situação de rua varia entre 6 meses e 46 anos. Destaca-se que sete entrevistados encontram-se na rua há pelo menos dois anos e quatro destes usam a rua como meio de sobrevivência há mais de cinco anos: “*Eu vim aqui pra Salvador pra trabalhar. Me indicaram um serviço aqui, eu vim* (L., 34 anos); “*O que levou a vir a morar na rua nem sem explicar direito a você. Vim passear mais uns camaradas na Ribeira, da Ribeira eu fiquei por lá mesmo. [...] Depois vim parar aqui e fiquei aqui até hoje. [...] Total (na rua) tenho mais de 20 anos*”(W, 37 anos).

Quando perguntados sobre os motivos de escolher aquele local/morar, somente E. (36 anos) soube inicialmente explicar a sua permanência no local para dormir e/ou trabalhar: “*fui nascida e criada aqui no Comércio*”. Porém, nos relatos encontramos dados que indicam a segurança (local mais protegido), oportunidade de ganhar dinheiro e formação de vínculos societários como principais motivadores da escolha do local: “*Aqui somos amigos, somos brothers*” (C., 40 anos); “*Achei aqui um lugar melhor. Achei aqui umas parcerias mil grau e não saio daqui pra nada*” (W, 37 anos). “[...] por isso a gente tá aqui no Comércio. Ninguém escorraça a gente daqui!” (A., 34 anos).

Para quase a totalidade dos entrevistados, a saída de seus lares para morar na rua representou um momento de ruptura e perdas: “*Eu estudava. Tinha meu pai, minha mãe e meus familiares. Ia pra escola, saia pra brincar*

pelos jardins. Só alegria e pronto! [...] Depois disso aí, só foi estrago na minha vida” (E., 36 anos); *“vida tranquila. Trabalhava. Tinha meu canto. Tinha o amor de minha mãe*” (A., 34 anos). Apesar da perda de “amor” e uma moradia, para alguns entrevistados a rua se apresenta como um refúgio, uma possibilidade de encontrar condições de vida que lhe sejam mais agradáveis, mesmo que isso signifique vivenciar de forma radical as vulnerabilidades sociais de uma pessoa em situação de rua: *“Era bom, mas eu não gostava mesmo de ficar em casa*” (W., 37 anos); *“eu gosto mais de ficar aqui com meus amigos, porque na casa é muita “muvuca”, muitas pessoas falando altas coisas no seu ouvido. Você fica oprimido!”* (C., 40 anos). Esses relatos corroboram com a assertiva de Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 98) que afirma:

A rua deixa de ser o contraponto negativo da casa entendida como proteção e cooperação, passando a ser percebida como espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia. Trata-se, na verdade, de um processo de perdas, por um lado, e de novas aquisições, por outro.

Os sujeitos afirmaram obter sua renda através de trabalhos informais, destacando-se: lavagem de carro, reciclagem e bicos que surgem na região. Assim como apresentado pela Pesquisa no Município do Salvador sobre a população em situação de rua, significativa parcela dos sujeitos declararam ser o trabalho sua principal fonte de renda:

“vendia (água, queimado e um bocado de coisa) no busu, agora que não pode mais vender, porque tá entrando só pelo fundo agora. Tá difícil, tá ruim pra entrar. Aí, to agora vivendo lavando carro, tomo conta de carro, ajudo o pessoal na loja aí, tenho uma guia de vender cachaça/bombinha. Daí to vivendo pra não meter (roubar) no que é dos outros. Ficar dependendo dos outros. Eu nunca gostei disso de ficar pedindo, dependendo”. (W, 37 anos).

Apenas um dos sujeitos entrevistados relatou não trabalhar, obtendo sua renda através de roubos e furtos em locais próximos: *“eu não vou mentir, eu roubo, entendeu? Desde menino eu fui criado a sempre a ter tudo, entendeu? Ter do bom e do melhor. Hoje em dia eu tenho esse orgulho no meu coração de não ficar precisando, entendeu?! De ter o meu no bolso”* (A., 32 anos).

Atividades como roubo e furto não são bem aceitas pela população em situação de rua, pois “*queima o pessoal*” reforçando o estigma negativo e atraindo a polícia. O receio da ação policial é relatado por quase todos os entrevistados que a define como “covarde” e “violenta”, exercendo ações contra as pessoas em situação de rua, muitas vezes apoiado pela sociedade: “*polícia é muito covarde, quer aparecer, quer ter nome. Usa o morador de rua pra fazer nome. Eles espancam, matam*” (A., 32 anos).

A polícia tá demais, porque realmente, mesmo que tenha o tráfico de drogas aqui realmente [...] eles tem que saber respeitar, porque nem todo mundo é igual. Como eles chegam aqui na praça, espancando, “baculejando”, esculhambando de puta, já esculhambou o Ponto de Cidadania. (E, 36 anos).

A polícia chega ali na boca do tráfico, ele não pega o traficante, o traficante dá dinheiro pra polícia e a polícia deixa ele vender droga a vontade. Eles não pegam o traficante pra bater, eles pegam o usuário pra bater, tá entendendo?! Ele pega o pobre coitado do usuário que cata uma lata, faz uma reciclagem, dá um duro da porra, corta a mão e mete a mão no lixo. Eles chegam num lugar e vêem o cara fumando, eles querem bater. (R, 23 anos).

Como foi encontrado na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2009) e na Pesquisa realizada em Salvador (2010), o uso de drogas e conflitos familiares foram apresentados como principais motivos dos entrevistados e demais pessoas estarem em situação de rua, essa situação fica clara em diversos relatos obtidos na pesquisa.

Meus pais morreram [...], e fiquei brigando com meus irmãos. Eu também comecei a usar droga e a beber. Me perdi de casa e comecei a ficar dormindo na rua”. (E, 36 anos).

Meu pai na época fez uma besteira. Então para eu não me incriminar, eu sai de dentro de casa. Depois de muito tempo, eufalei pra ele: “eu sai de dentro de casa por causa do senhor” (S.C., 56 anos).

A droga! [...] Foi uma coisa que eu plantei e eu agora tô colhendo. Uma coisa que ela (mãe) sempre falou: “um dia vou te abandonar,[...] Foi o que aconteceu, não tenho mais contato com mãe, nem com pai. Eu vivo como se fosse só! [...] Hoje eu não tenho mais amor de ninguém. Acho que nem Deus tem amor por mim mais! (A., 32 anos).

Na pesquisa realizada para este trabalho, o crack também é apontado como principal motivo para o crescimento da população em situação de rua

soteropolitana: “*minha derrota é o crack. Foi o crack que me colocou na sarjeta*” (A., 32 anos); “*Eu vim pra Salvador para trabalhar, me indicaram um serviço aqui. [...] Voltei a usar o crack de novo. Aí, com isso eu não voltei mais pra casa e tô aqui na rua*” (L., 34 anos).

Neste trabalho, diferentemente da Pesquisa sobre a população em situação de rua em Salvador, todos os entrevistados responderam a questão referente ao consumo de substâncias psicoativas. Essa diferença na obtenção das respostas, provavelmente é devido ao trabalho de aproximação e construção de vínculo feito anteriormente à entrevista com os entrevistados do primeiro grupo e pelo vínculo dos profissionais do Ponto de Cidadania que mediarão o contato com os outros entrevistados.

O crack é a droga mais utilizada entre as lícitas e ilícitas, somente um entrevistado não faz uso desta substância, seguida pelo álcool: “*uso crack. Não sei quantos anos, já*” (W., 37 anos). É digno de nota que alguns dos relatos sobre o uso de crack vão de encontro ao senso comum de um padrão abusivo, o que acarretaria em usuários violentos e subjetivamente colados na droga, os seguintes relatos ilustram essa situação na qual os entrevistados que exercem atividades laborais informais, relatam seu padrão de uso do crack e como lidam com a substância evitando prejuízos nas suas relações sociais e laborais:

Se eu ganhar cem conto aqui (guardando carros). Quando eu chego dentro de casa, eu chego pra nega veia e faço: fia ta faltando o quê? [...] Tome aqui, vá lá compre isso e aquilo. Se você puder, você traz uma, se não der, só traga o de comer. Às vezes ela traz uma pedra ou duas. Mas, primeiro eu procuro minha obrigação para depois minha diversão (S.C, 57 anos).

Não uso todo dia, toda hora, não! Uso sexta, sábado, domingo. Também acabou o milho, acabou a pipoca. Não penso em mais nada, só comer, dormir e já foi (W., 37 anos).

Muitos relatam que fazem uso de outras substâncias durante ou após o consumo do crack, apontando para um perigoso comportamento de uso ou abuso de substâncias. “A associação do uso entre duas ou três drogas ilícitas representa um grave problema de saúde e como fator agravante a associação de drogas se reveste de extrema importância” (SALVADOR, 2010, p.48-9)

ainda mais por se tratar de um segmento populacional com dificuldade em acessar nossa precária rede de saúde.

O uso de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas representa um dos diversos estigmas sociais que marcam a pessoa em situação de rua. Quando perguntados sobre como a sociedade os percebe, a maior parte dos pesquisados respondeu ser visto de forma marginalizada (“ladrão”, “vagabundo”), L. de 34 anos cita o constrangimento ao ser identificado como um ladrão em potencial e como esse olhar do outro, o reduz às representações sociais negativas que lhe são atribuídas:

Muitos me olham com olhos de medo, [...] inclusive mulheres tá com a bolsa prende logo a bolsa com medo de ser assaltada, né? Vê logo assim, o modo da gente assim, o modo de vestir. Aí pensa logo que é ladrão, chama logo de “sacizeiro”, que é usuário de droga.

Também foram relatadas situações que divergem da opinião predominante de como a sociedade percebe a população em situação de rua. Alguns relatos ilustram situações de pena/compaixão de alguns cidadãos pela situação em que os entrevistados se encontram, diz R. (23 anos): *“tem muita gente que tem a mente que diz: ‘poxa, ‘ó pra lá’ um menino ali daquele. Não era pra tá ali na rua, mas Deus sabe o que vai fazer com ele”. [...] Então, me veem assim. Não como ladrão, nem como nada. Que eu não dou ousadia”*.

Para alguns entrevistados, não há uma percepção pejorativa ou uma radical diferenciação com os demais cidadãos: *“Sempre respeitei todo mundo. Considero, como todo mundo aí me considera. [...] Graças a Deus eu não dou motivo a nenhum deles de me chamar nem de sacizeiro, nem nada. A sociedade nunca me desrespeitou, porque eu não dou motivo”* (S.C, 56 anos). Essa percepção parte daqueles que acreditam não ser alvo de preconceitos ou foram vítimas de violência policial, pois trabalham, “andam arrumados” e não fazem uso de drogas em locais públicos, ou seja, não apresentam atributos que caracterizam a população em situação de rua.

Na contramão das falas que apontam “pena” ou uma relação sem atritos com a sociedade, encontramos relatos que ilustram um radical processo de rompimento com a sociedade e uso da violência como meio de compensar o

mal-estar gerado pela progressiva fragilização dos vínculos familiares e societários. Segundo A. de 34 anos: “*A sociedade hoje me vê como um marginal, porque pra sociedade todos nós que estamos na rua somos ‘marginal’. Então, assim como eles me olham assim, eu olho pra eles com mais ódio ainda. O ódio que eles sentem por mim, eu sinto deles*”. Como podemos observar nos relatos anteriormente citados, a posição de A. em relação a sociedade é uma exceção e não é aceita pela pessoas em situação de rua, rompendo as normas por eles estabelecidas de “*não roubar ou bagunçar na região*”.

Quando indagados sobre sua autoimagem, observamos que há uma insatisfação por parte da maioria dos entrevistados. Os relatos de insatisfação são decorrentes da identificação com a situação de rua, ou seja, são sujeitos que sentem “*vergonha*” e “*tristeza*” pela incapacidade de garantir condições mínimas para uma vida digna, vivenciando diariamente a sensação de insegurança, a falta de local para dormir, alimentação irregular, e representação social negativa. O relato de um dos entrevistados ilustra esse quadro:

Eu me vejo muito triste, porquê muita violência, né?! [...] eu não tenho lugar adequado assim pra ‘mim’ descansar, um alimento mesmo inclusive tem hora que eu passo dificuldade de alimento” (L., 34 anos).

Eu tenho vergonha da minha imagem hoje para o que eu era e para que eu sou. Hoje eu passo como mendigo (A., 34 anos).

Podemos observar nos sujeitos que afirmaram não sofrer preconceito, uma autoimagem mais positiva: “*eu me vejo normal. [...] fumo que nem parece que eu fumei*” (S.C., 56 anos). Como apontado anteriormente, a capacidade do sujeito evitar ser identificado com os sinais que representam negativamente a população em situação de rua (uso de drogas em locais visíveis, mau cheiro, mal vestidos, sujidos) possibilitam uma percepção mais favorável sobre sua situação, especialmente pela negação do seu pertencimento ao grupo das pessoas em situação de rua: “*eu sou um cara que sou gente boa, mas eu preciso mudar de vida*” (R., 23 anos).

Todos os indivíduos afirmaram não conhecer ou não conseguiram citar alguma política pública. Esse dado mostra a falta de conhecimento e não-acesso as políticas públicas por parte das pessoas em situação de rua. Percebemos que essa informação corrobora com os dados da pesquisa mais recente realizada com a PSR em Salvador, a qual constatou que apenas 8,9% da população entrevistada recebe algum tipo de benefício. Esse quadro de desconhecimento das políticas públicas e dos seus direitos como cidadãos brasileiros é apontado na Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua (2009) ao identificar que 61,6% não exerce sua cidadania através do voto.

Após explicação do que seria uma política pública e exemplificação de algumas destas voltadas para a população em situação de rua, observamos um consenso nas respostas dos entrevistados quando perguntados sobre como essas políticas afetam suas vidas. Os entrevistados relataram ações assistências (“tirar documentos”, “um lugar pra tomar banho”, “doações”) e de saúde (“levar no médico”) por meio de projetos e equipes de saúde voltadas para a PSR: “*Esse coisa aí [Ponto de Cidadania], as meninas aí me ajudam legal. Ir no médico, fazer um curativo*” (W, 37 anos); “*já tirei documento, já tirei um bocado de coisa*” (F, 30 anos).

Na questão que avaliava se os entrevistados acreditavam que os princípios propostos no artigo 3^a do Decreto 23836 são atendidos/respeitados, não houve consenso nas respostas. Três entrevistados afirmaram que os princípios são respeitados de acordo com o local, especialmente serviços públicos de saúde. Contudo até nestes serviços há relato de situações de preconceito e/ou discriminação com a pessoa em situação de rua:

Não é todo mundo que respeita aquele cara que usa droga. [...] Alguns médicos atendem (a pessoa em situação de rua) como normal, como qualquer um. Mas tem muitos que dizem logo: “ô, rapaz, tomar um banho”. Não é todo médico que chega aqui pra cuidar de você sujo (S.C., 56 anos).

A maior parte dos entrevistados, quatro, se posicionou negando que haja o respeito pelos princípios propostos pela Política Municipal para a População em Situação de Rua de Salvador. Para esses sujeitos há na cidade uma forte cultura de preconceito e medo da pessoa em situação de rua, impedindo um

tratamento humano e o respeito aos direitos culturais, de saúde e negação da cidadania: “*eu ainda não vi, mas deveria tá ocorrendo*” (R., 23 anos); “*sofre preconceito se não for bem arrumado e se for negro. Os hospitais aqui, a gente chama a SAMU e não querem vir por ser em situação de rua*” (E, 36 anos); “*Você tá andando na loja e já tem um (guarda) lhe olhando. Você pode ir pra qualquer lugar que já tem dois ou três lá. Aí ficam já de cara feia. Eu mesmo passei (discriminação) no shopping Iguatemi*” (F., 30 anos).

L., 34 anos, foi o único a parabenizar a prefeitura pelo cumprimento dos princípios: “*isso aí tá de parabéns. Eu apoio, inclusive tem o pessoal na Praça da Mãozinha que dá assistência à saúde, inclusive já passei por lá. [...] Cheguei até lá e eles me acolheram e levaram pro (PSF do) Terreiro de Jesus*”. Apesar desse relato positivo, o mesmo entrevistado relatou ações contra os direitos humanos realizadas pela Prefeitura por meio da polícia: “*os guardas municipais chegam chutando a pessoa. Já tomando tudo como na semana retrasada. Perdi papelão, perdi roupa, perdi documento, perdi cartão do SUS*”. Então, podemos notar que o entrevistado realiza uma separação entre as diferentes ações da prefeitura, não percebendo a incoerência desta em ofertar serviços assistências e de saúde a PSR ao mesmo tempo em que agride e viola seus direitos como cidadão brasileiro.

Quanto ao conhecimento de algum grupo representando e lutando pelos interesses da População em Situação de rua, três entrevistados nunca ouviram falar ou não souberam citar nenhum grupo em defesa da População em situação de rua. Dois citaram o Projeto Axé, um projeto social localizado no bairro do Comércio voltado para crianças e adolescentes em situações de risco. Os outros entrevistados citaram diferentes nomes: Pastoral, “*consciência negra do Curuzu*” e os projetos “*Ponto de Cidadania*” e “*Levanta-te e anda*”. O entrevistado que citou a Pastoral, afirma que não acredita nesta, pois nunca viu nenhuma ação realizada. A “*consciência negra do Curuzu*”, deve se referir ao projeto cultural Senzala do Barro Preto, o qual não possui as pessoas em situação de rua como população-alvo.

Nesse sentido, podemos incluir esses dois relatos como parte dos que desconhecem grupos que atuam em defesa da População em situação de rua.

Saliento que nenhum entrevistado citou o Movimento da População de Rua de Salvador, principal movimento social e político da população em situação de rua em âmbito nacional, cuja sede está localizada menos de um quilômetro do local das entrevistas.

Esses dados indicam uma atuação insuficiente dos diversos atores sociais e políticos no acesso as pessoas em situação de rua, tornando-as conscientes dos seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros e/ou soteropolitanos. Podemos pensar que o fato do Projeto Axé encontrar-se mais presente no cotidiano dessas pessoas em situação de rua e pelo seu trabalho de aproximação e reconhecimento dessa população, torna-o referência. Em contrapartida, o movimento de população de rua cresce em influência política, mas não se encontra presente na vida da população que representa.

A última questão do roteiro é: “Fale um pouco da sua perspectiva de futuro”. Essa questão busca um momento de reflexão por parte do entrevistado, ao realizar uma tarefa incomum para as pessoas em situação de rua que é o pensar no futuro, especialmente para os sujeitos desta pesquisa que estão em situação de rua há muito tempo, afetando a formação da sua identidade e dificultando sua capacidade de planejar e criar sentidos subjetivos que os orientem para um futuro melhor, capaz de resgatar seu status e condição de dignidade (HENRIQUE, R.; SANTOS, C.e VIANNA, J., 2013).Segue os relatos dos entrevistados:

A.: penso muito em construir minha família, ter minha mulher, ter o meu trabalho. Viver minha vida longe de tudo que é errado, porque eu mesmo tô cansado de cadeia. [...] Recuperar o amor de minha família e dá a volta por cima.

C.: Eu penso na minha filha, minha mãe e meus três filhos. Dá um futuro melhor a eles para eles serem alguém na vida. O pai deles não foi, mas eles vão ser!

L.: O meu futuro é eu sair da rua e ir pra minha família. Ir pra beira de minhas filhas que eu quero muito, tô pedindo a Deus que isso logo aconteça. [...] Meu futuro é um emprego digno de carteira assinada que é o que todos nós queremos. Deus tá trabalhando na obra para que isso aconteça.

R.: *Meu futuro é que eu quero mudar de vida mesmo. Mudar de vida, trabalhar, estudar e mostrar pra minha família que eu não sou aquilo que eles pensaram que eu ia ser!*

S.C.: *Pretendo me aposentar, parar e botar um movimento pra mim pra eu depender de mim, trabalhar pra mim mesmo. Aqui eu trabalho pra mim e trabalho para os outros.*

E.: *Eu queria trabalhar. Meu futuro é trabalhar para ajudar minhas filhas, meu sonho é esse. [...] Você trabalhando, você é dependente de você. Você pode ter um dinheiro, você pode chegar numa loja e comprar uma coisa com o seu dinheiro.*

F.: *Eu queria meu irmão de volta. Meu pai e minha mãe. E voltar o que era antes, tudo na paz!*

W.: *O futuro que eu queira ter é um trabalho melhor, tá ligado?! Uma casa, que eu posso ter uma moradia boa com meus filhos, certo?! [...] Meus parceiros também tenham a mesma coisa. [...] Tudo que a gente espera é isso, uma moradia melhor, porque a gente tá aqui hoje, a gente não enterrou nosso umbigo aqui. A gente tá aqui pra passar um tempo, não pra passar o tempo todo, o ano todo, uma vida toda.*

O estar na rua é marcado pelo imediatismo e pela constante sensação de insegurança e, muitas vezes, falta de perspectiva quanto as possibilidade de transformar sua realidade. Como observamos na análise dos relatos, os entrevistados expressam o desejo de inserir-se na sociedade como os demais cidadãos, seja constituindo uma família, morando numa casa e conseguindo um emprego formal, ou seja, rompendo com os principais motivos que geram as representações sociais pejorativas. Assim, percebemos o papel de extrema relevância do desenvolvimento e implementação de políticas públicas em consonância com os interesses da PSR, garantindo seu reconhecimento como cidadão de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as percepções das pessoas em situação de rua a respeito das políticas públicas voltadas para este contingente populacional, no município de Salvador, entre anos de 2009-2015. Para alcançar esse objetivo, abordamos os aspectos sócio-históricos na formação do fenômeno população em situação de rua (PSR), e o papel do capitalismo no desenvolvimento deste fenômeno histórico com grande relevância para a sociedade contemporânea.

Na busca de compreendermos o desenvolvimento das políticas públicas, aqui entendidas como o “Estado em ação” (HÖFLING, 2001, p. 31), para a PSR foi empreendida uma discussão sobre o Estado de Bem-Estar Social (WelfareState), pois este representa uma atuação do Estado, regido pelo sistema capitalista, com o objetivo de reduzir as iniquidades sociais e promover o bem-estar da sociedade (ZIMMERMANN e ALVES, 2009). Diante das amplas e divergentes teorias sobre o WelfareState, optamos pela tipologia de Esping-Andersen (1990) que foi estabelecida por meio de uma análise empírico-comparativa dos padrões de proteção social em dezoito países capitalistas, resultando em três diferentes regimes: Liberal, Conservador e Social-Democrata.

No *WelfareState* liberal, o mercado é o principal responsável pela oferta de serviços de bem-estar, resultando numa ação estatal limitada à atuar apenas quando as formas tradicionais de proteção social (família, esforço individual, solidariedade e mercado) não conseguem garantir o mínimo das necessidades dos indivíduos. Neste regime os benefícios estatais são modestos e focalizados a uma clientela de baixa renda, a qual precisa comprovar sua situação de vulnerabilidade.

O regime conservador atribui à família o papel de principal provedor do bem-estar para aqueles fora do mercado de trabalho. Dessa forma, o Estado ocupa um lugar secundário a família, atuando quando está falha na provisão do bem-estar. As políticas estão normalmente condicionadas à inserção do indivíduo no mercado, favorecendo a estratificação social desigual e excluindo aqueles que mais necessitam da proteção social.

O regime social-democrata apresenta políticas de caráter universais, com melhores transferências de renda e o Estado assume o papel de responsável pelo indivíduo. A implementação de políticas inclusivas e universais em conjunto com a oferta de serviços públicos de alta qualidade, permitem uma estratificação social menos desigual em comparação com os demais regimes.

A existência do Estado de Bem-Estar Brasileiro é uma temática complexa, pois não há consenso na literatura sobre um Welfare State no Brasil. Essa polêmica é favorecida, para além das contingências políticas e econômicas, pelo sistema de proteção social brasileiro ser comparado com o de países mais desenvolvidos e cujo Estado de Bem-Estar Social formou-se anteriormente. Para os autores defensores de um EBESB, foi a partir da promulgação da nova Constituição em 1988 que o sistema de proteção social do Brasil, fragmentado e pontual, assume um caráter universalista e é estendido para ampla parcela da população anteriormente excluída.

A formação do Estado de Bem-Estar Social promoveu reestruturações socioeconômicas e mudanças no papel do Estado. É neste contexto de transformações que observamos a expansão do fenômeno população em situação de rua, evidenciando a necessidade de políticas públicas para este segmento social marginalizado.

O decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, o qual instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, representa o principal marco brasileiro em termos de políticas públicas para PSR no Brasil. Está política, utilizada como referência para às demais políticas estaduais e municipais, apresenta uma ampla definição de população em situação de rua como uma de suas maiores contribuições.

Em fevereiro de 2014 foi sancionada, no estado da Bahia, a Política Estadual para população em situação de rua (lei nº 12.947). É interessante pontuarmos que a política municipal de Salvador para a população em situação de rua foi instituída um ano antes da política estadual por meio do decreto 23836. Ambas as políticas não realizaram mudanças significativas nos princípios, objetivos e diretrizes do que foi idealizado pela Política Nacional

para População em Situação de rua. Essa falta de especificidade na política estadual e municipal representa uma perda, visto a necessidade de adequar as políticas e programas em consonância com às particularidades da PSR em cada região e/ou municípios do Brasil.

Para apreendermos as percepções das pessoas em situação de rua a respeito dessas políticas, realizamos entrevistas semiestruturadas aplicadas numa amostra de oito pessoas em situação de rua, no bairro do Comércio. A amostra é constituída de sete homens e uma mulher com idade entre 23 e 56 anos. O nível de escolaridade é variado, sendo que dois nunca frequentaram a escola, cinco nunca concluíram o ensino fundamental e apenas um possui ensino médio incompleto. A maioria dos entrevistados exerce atividades laborais autônomas, com exceção de um dos entrevistados que obtém sua renda através de furtos na região. Doravante, os dados refletem que a PSR encontra-se em idade produtiva e não possuem capacitação profissional por meio do ensino formal. Contudo, nenhum dos entrevistados sobrevive por meio da mendicância, sendo que quase todos exercem atividades laborais informais e lícitas socialmente.

O tempo em que os entrevistados encontram-se em situação de rua varia entre 6 meses e 46 anos, com tempo médio de 13 anos. Ressaltasse que sete entrevistados estão nesta situação há pelo menos dois anos e somente dois entrevistados não nasceram em Salvador, sendo estes provenientes de municípios do interior da Bahia. Essa predominância de pessoas em situação de rua oriundas da região metropolitana de Salvador (RMS) encontra na economia um de seus principais determinantes ao considerarmos que a RMS, historicamente considerada “capital do desemprego”, não conseguiu incorporar à oferta de mão de obra. Em síntese, os dados apontam o preocupante cenário no qual se encontra a população em situação de rua em Salvador, ao considerarmos que o amplo período de vivência na rua encontra-se relacionado com uma maior dificuldade de ressocialização do indivíduo em situação de rua.

Foram identificados três principais motivos para a escolha do local de moradia/trabalho: segurança, fonte de renda e formação de vínculos societários. Os dados, também, apontaram o uso de drogas e conflitos

familiares como principais razões para a formação do fenômeno população em situação de rua, o que corroborou às informações da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2009) e a pesquisa realizada em Salvador (2010).

Sobre a temática do uso de substâncias psicoativas, o crack é a substância mais utilizada entre as lícitas e ilícitas. Contudo, observamos que o uso desta SPA não está em consonância com a representação social negativa (marcado pela violência) divulgado pela mídia e presente no imaginário social. Identificamos que os entrevistados não apresentam comportamentos violentos em decorrência do uso do crack e, alguns, referem uso recreativo não acarretando danos nas suas atividades laborais. Essas informações são de extrema relevância para desmistificar este estigma que marca a PSR e para o desenvolvimento de futuras políticas públicas mais coerentes com a relação entre PSR e uso de SPA's.

A falta de pesquisas sobre o cotidiano, histórias de vidas e necessidades da população em situação de rua, reforça o processo de exclusão social e estigmas sociais pejorativos, os quais são muitas vezes infundados como identificamos neste trabalho. Infelizmente, esses indivíduos além de privados de seus direitos básicos, presenciam diariamente o constrangimento e sofrimento psíquico de ser reconhecido como um marginal ou um "lixo".

Tal experiência acarreta numa autoimagem depreciativa, o que leva a parcela da PSR a desenvolverem mecanismos para reduzir os danos psicológicos e sociais resultantes desta autoimagem. Nesse sentido, muitas pessoas em situação de rua buscam formas de não se identificar com o grupo, seja não usando drogas em locais públicos, evitando usar roupas sujas (manutenção da higiene pessoal) ou reproduzindo o discurso socialmente predominante de depreciação das pessoas em situação de rua.

Nenhum entrevistado soube citar alguma política pública. Por meio da análise das entrevistas ficou evidente a falta de conhecimento e não-aceso as políticas públicas pela população em situação de rua. Quando os entrevistados receberam explicações do que seria uma política pública e após leitura dos princípios propostos pela Política Municipal para a População em Situação de

Rua de Salvador, a maioria negou o cumprimento destes princípios. Isto evidencia a baixa repercussão das políticas públicas na realidade da PSR e o distanciamento entre esta população e os grupos que lhe representam politicamente.

Os entrevistados foram questionados sobre suas perspectivas do futuro. As respostas mostram a expectativa da população em situação de sair da condição de excluído social e serem considerados cidadãos de direito. Foi relatado o desejo de constituir família, morar numa casa e ocupar um emprego formal. Todas essas metas/sonhos, reforçam a importância de nos referirmos para essas pessoas como população em situação de rua, o que pontua o critério de circunstância desta condição de vulnerabilidade e não como uma situação imutável como está implícito na definição população de rua. Para que essas vítimas da exclusão social e da desigualdade possam realizar seus sonhos, é imprescindível concretizarmos as políticas públicas existentes e desenvolver novas políticas de acordo com as reais necessidades dessas pessoas.

Para concluir, acreditamos que os objetivos da pesquisa foram atingidos ao conseguirmos obter uma análise da percepção das pessoas em situação de rua em Salvador a respeito das políticas públicas voltadas para eles. Também obtivemos dados mais verossímeis sobre a realidade da PSR soteropolitana, isso só foi possível pela inserção no campo e pelo longo período de formação de vínculos com a amostra.

Os entrevistados propuseram como novas possibilidades para a elaboração e implementação das políticas públicas para pessoas em situação de ruas: criar fábricas para empregar as pessoas em situação, sendo que próximo destas, fábricas, haveriam casas para descanso; ofertar educação escolar e cursos profissionalizantes em locais públicos utilizados pela PSR; serviços de creche para que os genitores possam exercer suas atividades laborais; moradia em locais próximos das áreas de trabalho (crítica aos locais onde foram construídas moradias do programa de habitação “Minha Casa Minha Vida”); e, estabelecer uma rede de comunicação efetiva entre a PSR e os grupos que lhe representam politicamente. A partir destes dados, os quais não

foram obtidos pela pesquisa realizada pela prefeitura de Salvador em 2010, apontam possibilidades para desenvolvermos políticas adequadas aos interesses e necessidades dessa população, .

É inegável que esta pesquisa não esgota as amplas discussões sobre as políticas públicas para população em situação de rua, mas representa uma importante iniciativa ao abordar essa complexa problemática visando contribuir com novas evidências para o desenvolvimento do debate. Esperamos que este trabalho incentive mais pesquisas sobre a temática em seus diversos aspectos (política, cotidianoetc) e que possamos num futuro próximo sanar o déficit de pesquisas em cenário nacional e implementar políticas em consonância com as especificidades e necessidades das pessoas em situação de rua, promovendo uma sociedade menos excludente e desigual.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; POWELL Jr., G. B. **Uma Teoria de Política Comparada**. Tradução: Narceu de Almeida Filho. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BENEVIDES, C. **Um estado de bem-estar social no Brasil?** 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BESSA, D. **Cidadãos e Cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social**. 2009. 347 f. Tese (doutorado em linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica Em Tese**, v.2, n.1(3), p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 25 ago. 2016

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAVALCANTE, R.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan/abr. 2014. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10000/10871>. Acesso em: 18 ago. 2016.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 2 maio 2015.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfarestate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>. Acesso em: 8 maio 2015.

FARIA, C. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do estado de Bem-Estar Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro, n. 46, 1998. Disponível em:

<https://estadoeadministracaofcap.files.wordpress.com/2012/10/pimenta-de-faria-1998.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.

FRANGELLA, S. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Cadernos Metr pole**. São Paulo. EDUC, n. 13, p. 199-228, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8804>. Acesso em: 23 out. 2015.

FREUD, S. O mal-estar na civiliza o. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edi o Standard Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1930/1996, v. XXI, p. 65-148.

GROULX, L. Contribui o da pesquisa qualitativa   pesquisa social. In: Poupart, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIMA, H. **Consultório na rua em Goiânia: aten o a pessoas em situa o de rua e em uso de substâncias psicoativas**. 2013. 84 f. Disserta o (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

MACRAE, E. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S.D.; TOSCANO J.R., A (Orgs.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Vol. I, Tomo 1. (Col. Os Economistas).

MEDEIROS, M. **A Trajetória do WelfareState no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administra o: Potencial e Desafios. **Revista de Administra o Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>. Acesso em: 10 mar.2017.

NASCIMENTO, E. Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**, Salvador, n.21, p.29-47, 1994. Disponível em: http://issuu.com/alexguimaraes/docs/www.cadernocrh.ufba.brincludegetdoc..phpid_1177_art. Acesso em: 23 dez. 2015.

NASCIMENTO, E. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NERY FILHO, A., VALERIO, A. e MONTEIRO, L. (Orgs). **Guia do projeto consultório de Rua**. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2011.

OLIVEIRA, M. **Consultório de Rua**: relato de uma experiência. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, 2009.

OLIEVENSTEIN, C. **A droga**: drogas e toxicômanos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo. CERVE/FFLCH/USP, 1983.

SANTIAGO, J. **A droga do toxicômano**: uma parceria clínica na era da ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n.1, p. 87-92, 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232000000100016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 23 out.2015.

SILVA, M. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (Mestrado em política social). Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. 2. ed. Tradução João Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

VARANDA, W; ADORNO, R. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, 2004, p. 56-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 dez.2015.

VIEIRA, M.; BEZERRA, E; ROSA, C. **População de Rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

ZIMMERMANN, C; ALVES, J. O mito do declínio do WelfareState. **Emancipação**(UEPG), v. 9, p. 225-232, 2009.